



SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS

O SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS – SERPRO
APRESENTA SEU RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DE 2016,
COM OS PRINCIPAIS RESULTADOS E DESTAQUES DO ANO NAS
ÁREAS DE ATUAÇÃO DA EMPRESA.

1 - Ambiente econômico

Para a sociedade brasileira, 2016 foi marcado por um cenário em que a economia flutuou entre características de recessão econômica e de recuperação, com forte impacto sobre orçamento e finanças das instituições públicas, afetando a capacidade de pagamento dos clientes do Serpro.

As mudanças nas políticas e diretrizes do governo federal, aliadas a novas determinações legais sobre a governança das empresas estatais, exigiram agilidade da Direção do Serpro no sentido de revisão dos planos, reorganização estrutural e tomada de decisões.

2 - Principais Realizações de 2016

As principais realizações de 2016 referem-se a soluções e produtos para melhorar a gestão do Estado e a vida dos cidadãos, com capacidade de geração de receitas com novos clientes, e busca de fontes alternativas de receitas, fora do orçamento da União.

O foco das ações foi o desenvolvimento de soluções digitais que possam atender a múltiplos setores de governo e sociedade.

•**Sistema de Notificação Eletrônica (SNE):** solução móvel que permite ao cidadão e às empresas receber notificações de autuação de veículos e obter desconto de 40%, a partir da adesão ao sistema;

•**Empreender Mais Simples:** reúne soluções para reduzir a burocracia, agilizar processos de gestão e simplificar a vida de micro e pequenas empresas e diminuir o tempo de abertura e fechamento de empresas. Ele abrange documentos fiscais eletrônicos e cadastros, além de isenção, parcelamento, restituição e compensação de impostos;

•**Tesouro Direto Móvel:** aplicativo para dispositivos móveis que permite ao investidor realizar transações para investimentos, resgates, agendamentos e consulta de extratos;

•**Portal de Serviços DENATRAN:** permite consultar dados de veículos, validade de Carteira Nacional de Habilitação (CNH) e de Certificado de Registro de Veículos (CRV), avisos das montadoras sobre defeitos de fabricação (recall) e outras informações públicas;

•**Viágil:** sistema completo de gestão de viagens, que garante aos órgãos de qualquer setor da administração, nas esferas federal, estadual e municipal, o menor valor para compra e maior transparência na aquisição de bilhetes aéreos;

•**eSOCIAL:** implementação de melhorias e novas funcionalidades para o sistema de gestão de informações de empregadores e de seus empregados.

•**PORTOLOG:** solução segura, no contexto de Porto sem Papel, permite gerenciar fluxo de caminhões e cargas nos portos, para melhoria e maior agilidade na gestão logística dos terminais marítimos.

•**Portal Serviços em Nuvem:** disponibiliza solução self-service de infraestrutura de clientes, para o gerenciamento de Centro de Dados Virtual, com adoção e liberação de recursos conforme sua necessidade;

•**Gestão de Margem Consignável:** ambiente seguro e confiável para interação entre servidores públicos que tomam empréstimo e a instituição financeira que fornece o crédito. Conta com cerca de 676 contratos e opera toda a margem consignável do executivo federal;

•**RADAR:** integra informações de veículos e condutores das unidades federativas, para agilizar processos e garantir eficiência e segurança, ao agente da lei, na consulta de dados de condutores e veículos, na autuação de infratores e no despacho de notificações.

3 - Estratégia Corporativa

O Serpro reafirmou em 2016 seu papel estratégico para o governo federal no provimento de soluções digitais para a governança do Estado, atuando para atender às diretrizes governamentais de melhoria na qualidade de seus serviços, reforçando seu compromisso de oferecer soluções digitais seguras e inovadoras à sociedade.

Para enfrentar o cenário econômico e de restrições orçamentárias em seus clientes foi definida estratégia de fortalecer os negócios com os atuais clientes e ampliar o mercado de atuação, oferecendo ao setor público soluções digitais baseadas em dados e informações com valor agregado, para atender necessidades da sociedade e governo.

O reposicionamento empresarial e a reestruturação do portfólio de serviços contribuíram para ampliar o reconhecimento do Serpro. Além da visão consolidada de uma organização responsável por grandes sistemas estratégicos do Estado Brasileiro, agrega-se o desafio de tornar-se uma empresa que utiliza dessa expertise para aproximar e facilitar o relacionamento entre a sociedade e o governo.

Este novo modelo foi complementado pela adoção de uma aceleradora de novos negócios, com atribuição de incubar ideias e viabilizar uma implementação ágil, além de uma estrutura para desenvolver e gerir serviços multivalentes.

A diversificação da carteira de clientes, com foco em instituições não vinculadas ao Orçamento Geral da União, superou a meta estabelecida, com a ampliação de 391 para 1.048 clientes com faturamento efetivamente emitido no exercício.

A nova estratégia de negócios e as ações voltadas para agilidade e qualidade no atendimento foram percebidas pelos clientes, conforme atesta Pesquisa de Satisfação de Clientes realizada em novembro de 2016, que apresentou índice de geral de satisfação de 74,61%, valor 22 pontos percentuais acima da medição anterior (2014).

O modelo de planejamento estratégico foi revisado para suportar as mudanças do direcionamento empresarial e para oferecer indicadores consistentes para monitoramento e avaliação dos resultados. O processo de planejamento foi concluído e aprovado em dezembro pelo Conselho Diretor, e cobre o período de 2017 a 2022, incorporando análise de riscos para os objetivos estratégicos.

Neste contexto, foram revisados os componentes estratégicos do Serpro, que passaram a ser:

VISÃO

Ser líder em soluções digitais para governo e sociedade

MISSÃO

Conectar governo e sociedade com soluções digitais

VALORES

SEGURANÇA Soluções íntegras e confiáveis

EXCELÊNCIA Conhecimento do negócio para entrega de soluções integradas de qualidade

RESPONSIVIDADE Respostas ágeis e efetivas

PROATIVIDADE Antecipação de soluções

RESPONSABILIDADE Com as informações e soluções estratégicas para o Brasil

ORGULHO Colaboração e preservação dos princípios da ética e da integridade

4 - Desempenho Econômico e Financeiro

A receita operacional líquida registrou expansão anual de 13,3%, evoluindo de R\$ 1,9 bilhões, em 2015, para R\$ 2,1 bilhões em 2016, com impacto positivo sobre o resultado líquido de R\$ 250,6 milhões, observado sobretudo nos serviços de processamento de dados.

Houve redução nas despesas operacionais, em face de cortes nos contratos de locação de software (0,8%), comunicação (11,4%) e serviços profissionais e contratados (9,2%), assim como na rubrica materiais (8,5%).

Estes números permitiram a empresa atingir um resultado equilibrado, não fosse pelos impactos negativos que decorreram de processos judiciais, incluindo as execuções de sentenças e provisões trabalhistas.

Nestas circunstâncias, o prejuízo decorrente das atividades empresariais reduziu de R\$ 355,8 para R\$ 159,6 milhões em 2016. Destaca-se que, após o reconhecimento de evento subsequente referente a estudo atuarial de benefícios pós emprego, o prejuízo líquido apurado foi de R\$ 162,3 milhões.

No caso do patrimônio líquido, em decorrência do estudo atuarial, houve o reconhecimento líquido de obrigações junto ao plano de previdência complementar no valor de R\$ 329 milhões, em Outros Resultados Abrangentes.

Em termos financeiros, o indicador de liquidez imediata, que mede a relação entre as disponibilidades de caixa e o passivo circulante, evoluiu de 7%, em 2015, para 31% em 2016.

A redução do prejuízo decorrente das atividades empresariais explica a melhoria da margem líquida, cujo valor negativo recuou de 19%, em 2015, para 7% em 2016.

O desempenho do EBITDA refletiu, sobretudo, a expansão da receita operacional.

Quadro: Comparativo do Desempenho econômico financeiro - Negócios e Serviços

DISCRIMINAÇÃO	2015	2016	Variação Anual
Resultado			Em milhões de R\$
Receita Líquida	1.887,7	2.138,3	250,6
Despesa Operacional	2.326,9	2.320,1	-6,8
Resultado das atividades empresariais	-355,8	-159,6	196,2
Apuração Resultado Líquido			Em milhões de R\$
Resultado das atividades empresariais	-355,8	-159,6	196,2
Receita líquida atuarial do exercício		-2,7	-2,7
Resultado líquido	-355,8	-162,3	193,5
Valores Patrimoniais			Em milhões de R\$
Imobilizado e Intangível	637,7	607,8	-29,9
Patrimônio Líquido	804,2	410,5	-393,7
Principais Indicadores*			%
Liquidez Imediata	0,07	0,31	347,7%
Margem Líquida	-0,19	-0,07	-60,4%
EBITDA	-16,08	-0,02	-99,9%

* com base no resultado das atividades empresariais

5 - Negócios e Serviços

Foi efetuada revisão nos modelos e linhas de negócio, sendo adotadas ações para facilitar o desenvolvimento, a implementação, a comercialização e a operação dos serviços de TI.

O portfólio de soluções foi estruturado em três linhas de negócio, compostas por soluções e produtos de interesse do mercado público e privado, que agregam benefícios para a sociedade e inovação no uso dos

dados de governo. Elas estão alinhadas a padrões de mercado na oferta de soluções digitais, para facilitar sua compreensão, contratação e uso pela sociedade.

Serviços sob Medida: caracteriza-se por fornecer atendimento personalizado e abriga grande parte dos serviços já prestados para os clientes tradicionais. São soluções tecnológicas desenvolvidas para atender necessidades específicas de cada cliente;

Serviços de Informação: voltada para o mercado público e privado, essa linha oferece tratamento e disponibilização de informações a partir do cruzamento de dados. Além disso, oferece serviços de governança da informação: aquisição, tratamento, armazenamento, análise, disponibilização e comunicação de informações;

Serviços em Nuvem: direcionada para o mercado público e privado, essa linha de negócio tem como característica produtos padronizados ou com baixo grau de personalização, focados na disponibilização de infraestrutura de TI para comercialização em massa, por canais que propiciem o autosserviço e autogestão, que são características dos serviços em nuvem.

Foi estabelecido o compromisso de manter nas novas linhas de negócios as características de segurança e confiabilidade que acompanham a marca Serpro, oferecendo soluções inovadoras e cada vez mais eficazes, além de investir em administração inteligente dos recursos disponíveis.

Também houve revisão no modelo de atendimento às demandas dos clientes, visando sua internalização e atendimento em prazos mais curtos, além do reposicionamento de preços, mediante modelo que considera o equilíbrio entre fatores externos e internos à organização.

Estas ações permitiram a ampliação da base de clientes, passando de 391 para 1.048 clientes com faturamento emitido no exercício. Ainda em relação a novas fontes de receita, cabe destacar o resultado de R\$ 90 milhões referentes a serviços prestados para clientes que não são vinculados ao Orçamento Geral da União.

São listados a seguir os principais serviços implementados por cliente em 2016.

5.1 - Escola de administração Fazendária (ESAF)

Órgão da estrutura do Ministério da Fazenda, é responsável por recrutar e selecionar, em todo o território nacional, servidores para o desempenho de funções na gestão das finanças públicas. Promove cursos de formação para servidores públicos e estimula a participação do cidadão no funcionamento e aperfeiçoamento dos instrumentos de controle social e fiscal do Estado.

PRODUTO OU SERVIÇO	PRINCIPAIS OBJETIVOS ATENDIDOS
SISCON Sistema de Gestão de Concursos	Implantação de funcionalidades para gestão, automatização e operacionalização segura, ágil e confiável, de concursos públicos da ESAF, agregando inscrição, geração de guia para pagamento, pedido de isenção, controle do pagamento junto ao BB, controle de isenção via MDS e acompanhamento da inscrição pelo candidato via Internet.

5.2 - Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)

Órgão subordinado ao Ministério da Fazenda, é responsável pela formulação de política tributária, combate a sonegação fiscal, o contrabando e a fraude comercial, bem como atos ilícitos relacionados ao comércio internacional. Ela também administra os tributos de competência da União, inclusive os previdenciários, e os que incidem sobre o comércio exterior.

O Serpro contribui para o alcance dos objetivos da RFB por meio da implementação e manutenção de soluções digitais, sendo que em 2016, o esforço de manutenção da estabilidade, qualidade e segurança dos ambientes de produção dos 492 sistemas da RFB alcançou a marca de 99,42% de disponibilidade média

PRODUTO OU SERVIÇO	PRINCIPAIS OBJETIVOS ATENDIDOS
PUCOMEX Portal Único do Comércio Exterior	A solução faz parte da reformulação de processos de importação, exportação e trânsito aduaneiro, visando mais eficiência, harmonização e integração entre intervenientes públicos e privados do Comércio Exterior. Viabiliza ganho de eficiência na atuação dos agentes públicos, otimizando o uso dos recursos humanos e físicos que sustentam as operações de comércio exterior e reduz os tempos de importações e exportações sujeitas à ação de intervenientes.
Parcelamentos Parcelamento do Simples Nacional e Negociação e Consolidação de débitos previdenciários da Lei 12.996:	Implantados dois produtos para estimular a regularização da situação fiscal dos contribuintes que possuem débitos vencidos com a RFB. "Parcelamento Especial do Simples Nacional", em atendimento à Lei Complementar nº 155, de 27/10/2016, que torna disponível uma nova modalidade de parcelamento para o tributo Simples Nacional. "Negociação e Consolidação de débitos previdenciários da Lei 12.996" disponibiliza aplicativo para realizar negociação e consolidação das modalidades previdenciárias de parcelamento e de pagamento à vista com utilização de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de CSLL.
eSocial Empregador Doméstico: Folha estendida, Folha completa e Desligamento	Implantação de melhorias relevantes, como a geração da folha de pagamento, automação de cálculos e concentração das ações de desligamento do empregado doméstico, todas com foco na simplificação do processo para o empregador.
RERCT Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária	Implantação de funcionalidade para declaração voluntária, pelo contribuinte, de recursos, bens ou direitos de origem lícita, não declarados ou declarados com omissão ou incorreção em relação a dados essenciais, remetidos ou mantidos no exterior, ou repatriados por residentes ou domiciliados no País.
e-OPJUD Operações Judiciais	Ferramenta para suportar o processo de controle de ações judiciais e de crédito tributário <i>sub judice</i> , permitindo cadastrar e controlar qualquer tipo de medida judicial, acompanhar sua evolução, controlar os créditos tributários a ela relacionados, receber e armazenar automaticamente as mensagens dos diversos sistemas PUSH dos órgãos do poder judiciário.
E-DBV	Disponibiliza documento eletrônico para o passageiro cumprir suas obrigações, na saída ou na entrada do país, com o mínimo de intervenção por parte da Aduana.

PRODUTO OU SERVIÇO	PRINCIPAIS OBJETIVOS ATENDIDOS
Declaração Eletrônica de Bens do Viajante: Reconhecimento Facial	A nova versão, implantada em 2016, incluiu o módulo de reconhecimento facial, que permite atuação da Receita Federal com foco sobre passageiros que apresentem risco potencial de estarem praticando irregularidades aduaneiras e outras infrações, reconhecendo-os automaticamente e permitindo a sua seleção para uma fiscalização mais aprofundada, sem interferir no fluxo de passagem dos demais passageiros.

5.3 - Secretaria do Tesouro Nacional (STN)

Órgão subordinado ao Ministério da Fazenda, é responsável por gerir as contas públicas, com eficiência e transparência, além de zelar pelo equilíbrio fiscal e pela qualidade do gasto público.

Desde que a STN foi criada, o Serpro presta serviços de tecnologia da informação àquela secretaria, em benefício da sociedade brasileira.

PRODUTO OU SERVIÇO	PRINCIPAIS OBJETIVOS ATENDIDOS
Tesouro Gerencial	Modernização do acompanhamento da execução orçamentária por parte dos gestores públicos e dos órgãos de controle, contemplando consolidação de repositório de dados financeiros, orçamentários e contábeis, viabilizando novas iniciativas de transparência pública. Foram integradas bases de dados financeiras de múltiplos exercícios do Siafi, contemplando grande contingente de usuários que dependiam de informações anteriormente disponíveis apenas em consultas em tela e extrações <i>ad-hoc</i> do sistema transacional.
Tesouro Direto Móvel	Aplicativo para dispositivos móveis que permite ao investidor realizar transações para investimentos, resgates, agendamentos e consulta de extratos.
SAHEM Sistema de Acompanhamento de Haveres Financeiros de Estados e Municípios	A solução faz o registro e o acompanhamento dos créditos provenientes de programas de financiamento e de refinanciamento de dívidas dos entes estaduais e municipais. Permite que a sociedade acompanhe a comprovação da STN quanto ao adimplemento dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com a União, relativo aos financiamentos e refinanciamentos por ela concedidos, bem como quanto às garantias a operações de crédito.

5.4 - Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN)

Órgão da estrutura do Ministério da Fazenda, é responsável por representar a União em causas de natureza fiscal, apurar a liquidez e certeza da dívida ativa da União de natureza tributária e não tributária, além de realizar o serviço jurídico no âmbito do Ministério da Fazenda.

PRODUTO OU SERVIÇO	PRINCIPAIS OBJETIVOS ATENDIDOS
SIGPGFN Sistema de Informações Gerenciais da PGFN: Parcelamento	Implantação de funcionalidades para provimento de informações gerenciais sobre parcelamentos realizados pelo devedor junto à PGFN.
SIGDW PGFN Data Discovery	Implantação da tecnologia de descoberta de dados, que permite ao usuário importar dados de várias fontes e confrontá-las com as bases analíticas, para detectar padrões e desvios, com flexibilidade e autonomia nas análises.
SAJ Sistema de Acompanhamento Judicial: Processos	Implantação de funcionalidades para Peticionamento Eletrônico Incidental com utilização de token, gestão de colaboração e de matérias, permitindo acelerar a manutenção de fundamentações padrão e seu uso por procuradores na elaboração de manifestação.
CDA Protesto de Certidões da Dívida Ativa	Implantação de funcionalidades do Sistema de Protesto Extrajudicial de certidões de Dívida Ativa realizadas em cartório, abrangendo integração com CRA Nacional, Integração com e-CAC e inclusão manual de Protesto Incondicional.

5.5 - Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda/DF (SAMF/DF)

Órgão subordinado à Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração (SPOA) do Ministério da Fazenda, é responsável por prover soluções administrativas àquele Ministério.

PRODUTO OU SERVIÇO	PRINCIPAIS OBJETIVOS ATENDIDOS
Inventário Eletrônico	Viabilizou a realização do inventário por meio de dispositivo mobile e ajustes na WEB, com interface amigável e simples, aumentando a quantidade de Unidades Organizacionais inventariadas e a qualidade da informação. Tornou o processo mais rápido e menos oneroso para os órgãos usuários do SIADS.
EstoqueWEB Requisição de materiais de consumo	Disponibilizou interface WEB para facilitar as requisições de materiais de consumo e adicionar informações de centros de custos. Permite gerar Documento Hábil no Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), com atualização tecnológica.
Conciliação Contábil	Tornou disponível o acesso à conciliação contábil no SIADS, a comparação entre os saldos, aumentando a qualidade das informações contábeis dos órgãos e maior aderência ao SIAFI.

5.6 - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP)

Órgão da estrutura do Governo Federal, é responsável pelas políticas de gestão da administração pública federal, com vistas a fortalecer as capacidades do Estado para promoção do desenvolvimento sustentável e do aprimoramento da entrega de resultados ao cidadão.



PRODUTO OU SERVIÇO	PRINCIPAIS OBJETIVOS ATENDIDOS
SIGEPE	Implantação do Módulo de Ações Judiciais para aprimorar procedimentos de execução, em folha de pagamento, das decisões judiciais relativas à gestão de recursos humanos, em ações movidas contra a União, suas autarquias e fundações. Implantação do Módulo de Pensão Alimentícia que permite aos órgãos setoriais e seccionais gerenciarem as pensões alimentícias dos servidores.
Sistema de Gestão de Pessoas	Implantação do módulo Boletim de Gestão de Pessoas para publicação de normas que exigem transparência e publicidade dos atos administrativos de caráter interno de pessoal. Implantação de módulo de Postos de Trabalho e Aprendizagem para gerenciar e controlar os postos de trabalho e aprendizagem dos órgãos e entidades da administração pública federal e órgãos do Governo do Distrito Federal, organizados e mantidos pela União.

5.7 - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)

Autarquia ligada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, é responsável por executar a reforma agrária e realizar o ordenamento fundiário nacional.

PRODUTO OU SERVIÇO	PRINCIPAIS OBJETIVOS ATENDIDOS
Portal Cadastro Rural	Implantação de ferramenta que aumenta a transparência e gera eficiência na gestão cadastral dos imóveis rurais no Brasil, com funcionalidades que permitem obter informações relacionadas aos imóveis rurais com facilidade, rapidez e integridade dos dados cadastrais.

5.8 - Secretaria de Portos (MTPAC/SEP)

Órgão da estrutura do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, é responsável pela formulação de políticas e diretrizes para o desenvolvimento e o fomento do setor de portos e instalações portuárias marítimas, fluviais e lacustres.

PRODUTO OU SERVIÇO	PRINCIPAIS OBJETIVOS ATENDIDOS
PORTOLOG	Permite o gerenciamento do tráfego de caminhões que acessam o porto e a difusão de informações antecipadas à comunidade portuária, facilitando a programação dos recursos para agilizar as operações.
Cadeia Logística Portuária Inteligente – Implantação no Porto de Santos	Em 2016 foi realizada a 1ª etapa da implantação do Portolog, no Porto de Santos, contemplando terminais que movimentam grãos sólidos de origem vegetal (soja, milho e açúcar).

5.9 - Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJ)

Órgão da estrutura do Governo Federal, é responsável pela defesa da ordem jurídica, dos direitos políticos, das garantias constitucionais, pela segurança pública, pela defesa da ordem econômica nacional e direitos do consumidor, além da prevenção e repressão à lavagem de dinheiro.

PRODUTO OU SERVIÇO	PRINCIPAIS OBJETIVOS ATENDIDOS
PPE Sistema de Procedimentos Policiais Eletrônicos	Em 2016 foram implantadas melhorias no Sistema de Procedimentos Policiais Eletrônicos e entregues novos módulos de Boletim de Ocorrência Circunstanciado, Termo Circunstanciado de Ocorrência, Inquérito Policial e Auto de Prisão em Flagrante, que tem como finalidade realizar o registro dos procedimentos realizados no âmbito da polícia judiciária civil.
CAD Sistema de Atendimento e Despacho: Multiagência	O sistema sustenta toda a operação de centros de comando e controle, responsáveis por atendimento de situações emergenciais de uma agência como Corpo de Bombeiros, Polícia Militar, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Civil, SAMU, dentre outras, a partir de ligações ao seu tridígito correspondente (193, 190, 197, 191 ou 192). Em 2016 foi implantada a versão multiagência do sistema, que permite, com apenas um contato telefônico feito pelo cidadão, o atendimento por uma ou mais agência de forma integrada.
INFOSEG	O Novo Infoseg é um dos serviços chaves para atividade policial e investigação em Segurança Pública.
Novo Sistema de Informações de Segurança Pública	Ele opera em plataformas móveis e web, provendo consulta integrada, e unificada às informações criminais e sensíveis sobre indivíduos, armas e veículos, de acordo com o perfil do usuário, possuindo camada de segurança específica para identificação de computador, dispositivo móvel e necessitando de 2º fator de autenticação (E-mail, Certificado Digital, Chamada Telefônica de Número Autorizado).

5.10 - Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN)

Autarquia ligada ao Ministério das Cidades, é responsável por fiscalizar e fazer cumprir a legislação de trânsito, além de estabelecer procedimentos referentes a habilitação de condutores de veículos, registro e licenciamento de veículos.

PRODUTO OU SERVIÇO	PRINCIPAIS OBJETIVOS ATENDIDOS
SISCSV Sistema de Certificado de Segurança Veicular	Implantação de sistema que gerencia organismos de inspeção veicular (ITL), empresas de vistoria Veicular (ECV) e a visualização de Certificados de Segurança Veicular (CSV) pelos DETRANS e DENATRAN.

| PRODUTO OU SERVIÇO | PRINCIPAIS OBJETIVOS ATENDIDOS |
| RENAINF Registro Nacional de Infrações | Implantação de sistema para gestão centralizada das infrações cometidas por um veículo em unidade federativa diferente daquela em que está registrado, possibilitando a emissão de notificação de autuação e de penalidade. |

5.11 - Produtos de Prateleira / Multiclientes

O Serpro desenvolveu soluções digitais e produtos inovadores de amplo uso, com tecnologias adequadas às atuais demandas, visando atender aos clientes e à sociedade.

PRODUTO OU SERVIÇO	PRINCIPAIS OBJETIVOS ATENDIDOS
SNE Sistema de Notificações Eletrônicas	Solução Web e Mobile que permite ao cidadão e às empresas receber notificações de seus veículos de forma eletrônica e com descontos de 40%.
Nuvem Serpro	Modelo computacional que permite acesso por demanda a um conjunto compartilhado de recursos configuráveis de computação como redes, servidores, armazenamento, aplicativos e serviços.
Gestão de Margem Consignável	Solução para gestão de margens e consignações em folha de pagamento dos servidores, aposentados e pensionistas da CONTRATANTE, em seu Sistema de Gestão de Pagamento de Pessoal.
Infovia Porto Alegre	Disponibilização de infraestrutura de rede ótica de comunicações, bem como de conjunto de serviços e funcionalidades em ambiente seguro, de alta performance e alta disponibilidade, para órgãos, autarquias e empresas da Administração Pública.
RADAR Solução Integrada de Gestão de Infrações de Trânsito	Solução centralizada e padronizada para órgãos das três esferas de governo que possuem competência na autuação de infrações de trânsito. Integra bases de dados para proporcionar eficiência e segurança na tomada de decisões, agilizando processos de preenchimento de autos de infrações, o despacho de notificações, autuação de infratores e consulta de dados de condutores e de veículos.

6 - Operações, Infraestrutura e Logística

Em 2016, no que se refere a operações e infraestrutura, o foco foi na racionalização do uso dos recursos disponíveis, mantendo-se os níveis de serviços oferecidos e ampliando-se a capacidade de atendimento.

A economia alcançada foi superior a R\$ 73 milhões, fruto de negociação com fornecedores, valendo-se de análises das efetivas necessidades de utilização de produtos e serviços contratados.

A revisão dos investimentos previstos para os segmentos de rede, Centro de Dados e Tronco Internet resultou na diminuição dos custos previstos, modernização das tecnologias envolvidas e ampliação do escopo de atualização tecnológica destes segmentos. Foi iniciada também a elaboração de estudos e de processo licitatório para a aquisição de solução para a inclusão de biometria aos serviços de certificação digital.

Cabe destacar ainda a implantação de infovias em parceria com a Rede Nacional de Pesquisa (RNP) e parcerias regionais, que viabilizou a ampliação da velocidade dos acessos e a manutenção de preços competitivos dos serviços de rede para 2017.

6.1 - Principais investimentos em infraestrutura do ambiente operacional

Os investimentos do Serpro no ambiente operacional de tecnologia da informação, contratados em 2016, totalizaram R\$ 86.657.112,88, distribuídos nos diferentes segmentos de tecnologia.

6.1.1 - Armazenamento

Foi substituída tecnologia com descontinuação anunciada pelo fornecedor para curto prazo, em função do alto risco de impacto na disponibilidade de serviços contratados pelos clientes, visando garantir o cumprimento dos acordos de nível de serviço.

OBJETO	Valor Total(R\$)
Aquisição de Subistemas de Discos	18.935.878,72

6.1.2 - Certificação Digital

O investimento se deu para atender a determinação específica do ITI, relativa a padrões do ICP Brasil para atender a disponibilização de nova cadeia de certificação digital.

OBJETO	Valor(R\$)
Autoridade Certificadora (AC SERPRO)	100.000,00

6.1.3 - Plataforma Alta (mainframe)

Neste segmento o investimento ocorreu visando a revisão de licenciamento dos ambientes de plataforma alta, essenciais para a manutenção da produção de serviços contratados, e para garantir o cumprimento de níveis de serviço contratados pelos clientes e, ao mesmo tempo, viabilizar agilidade na disponibilização de web services e permitir a redução no consumo de processamento.

OBJETO	Valor Total (R\$)
Produtos para mainframe	34.016.508,70

6.1.4 - Plataforma Baixa

Realizada a revisão de licenciamento de softwares utilizados na produção de serviços contratados, novas contratações para soluções de gestão de identidade e para controle de acesso de usuários, voltadas à implementação evolutiva de novos módulos de sistemas em produção e monitoramento dos níveis de serviços contratados com os clientes.

OBJETO	Valor Total (R\$)
Produtos para plataforma baixa e aplicações mobile	18.469.792,35

6.1.5 - Rede Local

Modernização da infraestrutura de redes e redução de riscos críticos referentes à interligação entre servidores da plataforma e o armazenamento de dados, em sistemas dos principais clientes do Serpro.

OBJETO	VALOR (R\$)
Equipamentos para rede local	6.006.000,00

6.1.6 - Rede de Longa Distância

Investimento para implantar a solução de infovia, com fibra óptica, para aumento de velocidade de transmissão, maior segurança com redução do risco de intrusão, redução de custos e melhoria nos níveis de serviço prestados aos clientes na região.

Foi também realizado investimento na aquisição de roteadores para aumentar a capacidade de conexão de rede do backbone com as saídas internet, permitindo ampliar a capacidade e melhorar o balanceamento da transmissão de dados, tendo em vista o aumento significativo da demanda de tráfego na rede e uma maior capacidade de vazão de novos circuitos.

OBJETO	Valor Total (R\$)
Solução de rede óptica e longa distância	9.128.933,11

6.2 - Segurança da Informação

Os investimentos em segurança da informação em 2016 privilegiaram a adoção de medidas de proteção mais eficientes para o grande volume de dados de sistemas estruturadores do governo federal e informações pessoais de milhões de cidadãos brasileiros. O ambiente de produção oferece proteção sistemática contra tentativas de acesso não autorizadas.

O principal investimento em 2016, buscou complementar as medidas que já são adotadas pelo Serpro, viabilizando procedimentos de monitoração e prevenção ao acesso imotivado a dados definidos como críticos, com identificação e ações para tratamento corretivo e alertas, em tempo real. As soluções implementadas permitem maior proteção dos dados sob guarda da empresa, redução do risco de prejuízos de imagem dos clientes e do Serpro, e maior confiabilidade às ações de perícia técnica em apoio a auditorias e sindicâncias.

OBJETO	Valor (R\$)
Soluções de segurança e monitoramento de acesso	5.655.720,00

6.3 - Infraestrutura Logística

A atuação da área logística teve foco na prestação de serviços contínuos com custos menores e sem comprometer sua qualidade. Foram adotadas ações de gestão de preços em todos os processos de logística, alinhando-os à gestão de contratos terceirizados, buscando inovações e alternativas à prestação dos serviços.

Com estas ações foi possível obter uma redução nos segmentos mais relevantes e em todas as Unidades Regionais da empresa, gerando uma economia global de R\$ 13.249.373,34.

Os investimentos realizados nesta área foram voltados para promover melhorias e aperfeiçoamento no atendimento às demandas dos clientes e modernização da infraestrutura logística dos centros de dados, visando garantir a ampliação dos serviços prestados, preservando as características de segurança, confiabilidade e alta disponibilidade das instalações e dos ambientes críticos. Os investimentos nestas áreas somaram R\$ 5.652.854,12.

7 - Governança Corporativa

O novo contexto empresarial exigiu a renovação da estrutura organizacional, como parte do reposicionamento e para atender marcos regulatórios instituídos em 2016, como as Resoluções da CGPAR (Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União) das Estatais, a Lei 13.303 e o Decreto 8.945.

Para atender a estes marcos legais, o Conselho Diretor aprovou a implantação de uma nova estrutura organizacional, sem elevação de custos. Além disto, 69 órgãos e respectivos cargos gerenciais foram extintos, levando a uma redução de custos cujo impacto integral ocorrerá em 2017.

Foi criada a Diretoria de Governança e Gestão, com estrutura para tratar os temas “planejamento e marketing”; “gestão da estrutura e sistemas normativos”; e “controles, gestão de riscos, conformidade e integridade”.

Outros mecanismos de governança foram instituídos para atuar no apoio à gestão da empresa, com destaque para os três Comitês Estratégicos: Negócios; Tecnologia da Informação; e Governança, Riscos, Controles e Segurança da informação. A função principal destes comitês é assessorar a Diretoria Executiva na tomada de decisões sobre os seus temas de atuação.

Foi, também, instituída a Política Corporativa de Gestão de Riscos, Controles Internos e Conformidade, estabelecendo-se metodologia específica, que foi inicialmente aplicada ao Processo de Aquisições, atividade crítica para o Serpro.

Merecem destaque duas ações relacionadas aos temas transparência e integridade. A primeira delas foi a revisão do Código de Ética e Conduta Empresarial do Serpro, para alinhamento às regras do Programa de Integridade, conforme determinado pelo Decreto 8.240/2015. Foi realizada campanha de divulgação institucional, ressaltando a importância dos valores éticos para a organização e a necessidade de participação dos empregados em todas as ações associadas ao tema.

A Ouvidoria-Geral foi reestruturada e transferida para Brasília passando a atuar mais próxima à Direção da empresa. Foi realizada campanha de divulgação que reforçou seu papel como canal preferencial de denúncias e atendimento para o público interno e externo, em consonância com as áreas de corregedoria, integridade e ética, visando garantir o devido tratamento das manifestações sobre serviços do Serpro, seus processos internos e relações pessoais.

8 - Gestão de Pessoas

Em termos de capacitação, foi implementado projeto de ações com agentes educacionais internos, alcançando-se a marca de 90,47% de participação destes agentes. Esta evolução permitiu que fosse atingida

em 100% a meta de 38 horas de treinamento por empregado no ano, conforme determinação da Controladoria Geral da União (CGU).

Apesar das restrições orçamentárias, foi realizado esforço para capacitação dos gestores e empregados. O Programa de Desenvolvimento Gerencial foi concluído por cerca de 800 gestores e os eventos de capacitação realizados em 2016 alcançaram 5.832 empregados, cerca de 79% do total de empregados do quadro interno.

Em 2016 foi iniciada a Ação de Preparação para Aposentadoria (APA), que resultou no desligamento incentivado de 632 empregados, com continuidade para os meses de janeiro e fevereiro de 2017. Esta ação permitirá uma redução nos custos de pessoal em 2017.

Outra ação relevante, concluída após estudos e negociações, envolvendo os empregados, a administração da empresa e a representação sindical, foi viabilizar a alteração de jornada de 8 horas para 6 horas, opcional e não definitiva, com impacto direto de redução de 25% redução sobre o salário do optante. Esta opção está disponível aos empregados a partir de janeiro de 2017.

PERFIL DOS EMPREGADOS DO SERPRO		
	2015	2016
Empregados	10.759	10.039
Feminino	4.532	4.137
Masculino	6.227	5.902
	10.759	10.039
Escolaridade		
Ensino fundamental	375	329
Ensino médio	3.932	3.565
Ensino superior	5.394	5.129
Especialização, Mestrado e Doutorado	1.058	1.016

9 - Pesquisa e Desenvolvimento

A prospecção de novas tecnologias foi concentrada na identificação e internalização de tecnologias para suportar as soluções digitais para governo e sociedade, bem como as novas linhas de negócio definidas pela empresa.

O esforço na busca de maior produtividade e agilidade na entrega de soluções motivou a utilização de métodos ágeis, com a capacitação de analistas e lideranças em todas as áreas e o consequente emprego em projetos-piloto. Eles totalizaram 25 sistemas, em nove unidades regionais da empresa, com objetivo de reduzir em 44,5% o tempo de entrega dos projetos (do início ao fim).

Em 2016, o Serpro realizou sua primeira maratona hacker (Hackathon), com o foco na criação de soluções com tecnologias de chatbot. O desafio das sete equipes inscritas, durante três dias de trabalho, foi criar robôs utilizando código aberto, transformadores de grandes ideias em efetivas soluções de prestação de serviços e informações, visando conectar governo e cidadão.

Foram ampliados os projetos e ações voltados para tratamento e análise de grandes volumes de dados. Na área de big data foi implantada a "Plataforma de Análise de Dados", que possibilita aos clientes, na modalidade de autosserviço, a realização de análises exploratórias de dados para viabilizar ações de inteligência de negócio. Esta plataforma se utiliza de uma infraestrutura de big data baseada em padrões abertos, com capacidade de armazenar grandes volumes de dados que compõem o Data Lake do Serpro.

Também se iniciaram, em 2016, os estudos de utilização das tecnologias de blockchain para possibilitar o compartilhamento de documentos e dados de governo de forma confiável, o que propiciará uma melhor gestão do Estado e melhores serviços para o Cidadão. As tecnologias de blockchain vão integrar o rol de tecnologias de segurança da empresa em relação a bancos de dados distribuídos.

O Serpro e seus parceiros DATAPREV, TELEBRÁS e LNCC, visando resultados a serem obtidos em 2017, introduziram a temática “Internet das Coisas” no escopo do projeto voltado ao desenvolvimento de computação em nuvem, o qual conta com financiamento da FINEP.

A cooperação firmada entre Serpro e Universidade Federal do Pará (UFPA), para realização conjunta de pesquisa científico-tecnológica baseada em software livre aplicada em redes de computadores para governo eletrônico, foi concluída em 2016. O projeto resultou na disseminação de conhecimentos e transferência de tecnologia através de capacitações sobre novas tecnologias na área de redes, especificamente sobre Redes Definidas por Software (SDN) e Redes como Serviço (NaaS), incluindo a realização de estudos de casos em um ambiente experimental apropriado e a construção de um controlador SDN em hardware.

10 - Responsabilidade Social

Alinhado ao plano de ações da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P), o Serpro realizou campanha de conscientização dos empregados visando diminuir a quantidade diária de copos descartáveis, e reduzir o impacto causado ao meio ambiente.

Após realizar campanha junto ao corpo funcional para coleta de pilhas e baterias, o Serpro encaminhou 32,6 kg daqueles produtos para descarte ecologicamente correto, executado sob a coordenação do Ministério do Meio Ambiente.

As ações de Inclusão Digital resultaram em 48.507 atendimentos realizados no Espaço Serpro Cidadão, 8.077 pessoas matriculadas na Escola de Inclusão Sócio-Digital, com 9.549 acessos e 3.491 certificados emitidos, além de 12 doações de equipamentos para Telecentros.

Visando incentivar o equilíbrio de gênero na área de tecnologia da informação, o Serpro iniciou, em 2016, o projeto de capacitação denominado “Meninas de TI”, destinado a adolescentes e jovens matriculadas no Ensino Médio, no Ensino Técnico, em cursos de Educação de Jovens e Adultos (EJA), inicialmente voltado a filhas e netas de empregados e empregadas do Serpro. Foram realizadas 13 turmas, com 179 participantes nas cidades de Brasília, Belém, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo.

11 - Agradecimentos

Agradecemos a dedicação e comprometimento dos empregados, administradores, conselheiros e órgãos de supervisão, bem como a confiança de nossos clientes e da sociedade.



Balanco Patrimonial							
Em milhares de reais							
ATIVO	NE	DEZEMBRO 2016	DEZEMBRO 2015	PASSIVO	NE	DEZEMBRO 2016	DEZEMBRO 2015
CIRCULANTE		621.382,6	614.056,4	CIRCULANTE		805.023,6	786.830,0
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	252.297,8	55.537,9	Consignações	18	76.626,7	75.442,5
Ativos Financeiros	5	262,3	782,0	Tributos e Encargos Sociais	19	94.545,5	90.677,0
Créditos a Receber		364.439,2	551.839,9	Depósitos Diversas Origens		977,5	837,9
Créditos a Receber de Clientes	6	134.725,3	396.493,0				
Créditos Tributários	7	164.015,5	132.125,6	Obrigações a Pagar		632.873,8	619.872,7
Ressarcimento de Pessoal	8	64.406,8	21.548,3	Fornecedores	20	307.999,9	304.938,7
Créditos Diversos a Receber		1.291,5	1.673,0	Pessoal a Pagar e Encargos Trabalhistas	21	280.238,6	267.594,3
				Plano de Previdência Complementar		44.627,5	47.339,7
Bens e Valores em Circulação		667,4	800,2	Outras Obrigações		7,8	0,0
Despesas Antecipadas	9	3.715,8	5.096,5				
NÃO CIRCULANTE		3.024.657,5	1.718.191,4	NÃO CIRCULANTE		2.430.541,7	741.234,1
Realizável a Longo Prazo		2.416.622,8	1.080.213,6	Fornecedores	20	1.455,0	2.616,0
Depósitos Judiciais e Recursais	10	262.342,0	271.063,1	Obrigações Tributárias	22	91.232,7	53.034,6
Ressarcimento de Pessoal	11	1.636.108,0	470.683,2	Provisões Trabalhistas e Cíveis	23	1.754.564,2	439.802,6
Créditos Tributários	12	457.701,5	277.995,9	Plano de Previdência Complementar	27.2	579.397,3	239.704,7
Créditos Realizáveis a Longo Prazo	13	60.366,2	60.366,2	Receita Diferida	24	3.396,3	5.580,2
Outros Ativos	14	105,1	105,1	Outras Obrigações		496,1	496,1
Investimento	15	246,0	246,0	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		410.474,8	804.183,8
Imobilizado	16	492.621,8	513.334,8	Reservas de Reavaliação	25.2	138.214,2	138.214,2
				Outros Resultados Abrangentes	32.1.4	(479.133,2)	(149.896,7)
Intangível	17	115.166,9	124.397,1	Prejuizos Acumulados	25.3	(309.611,0)	(245.138,6)
TOTAL DO ATIVO		3.646.040,1	2.332.247,8	TOTAL DO PASSIVO		3.646.040,1	2.332.247,8
As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis							

Demonstração do Resultado

	NE	Em milhares de reais	
		DEZEMBRO 2016	DEZEMBRO 2015
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	26.1	2.138.332,7	1.887.706,6
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	26.2	(1.118.442,7)	(1.035.921,7)
LUCRO BRUTO		1.019.890,0	851.784,9
DESPESAS OPERACIONAIS (exceto resultado financeiro)	26.2	(1.201.698,5)	(1.291.022,5)
Despesas com Pessoal e Benefícios		(835.446,6)	(775.160,2)
Depreciação e Amortização		(44.718,5)	(39.994,8)
Locação		(19.603,8)	(18.739,7)
Manutenção		(41.694,3)	(39.215,5)
Serviços de Comunicação		(2.103,6)	(5.029,1)
Serviços Profissionais e Contratados		(47.242,0)	(54.706,4)
Serviços Públicos		(14.840,6)	(14.283,5)
Resultado com Créditos a Receber	32.2.5	(8.004,4)	(254.048,5)
Despesas Tributárias Diversas		(4.279,0)	(4.033,0)
Materiais		(4.295,7)	(4.683,6)
Outras Despesas/Receitas		6.966,4	2.098,3
Resultado com Ações Judiciais	32.2.6	(186.436,2)	(83.226,6)
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(181.808,5)	(439.237,6)
RESULTADO FINANCEIRO	32.2.7	(37.242,5)	(28.383,5)
Despesas Financeiras		(50.072,1)	(36.103,2)
Receitas Financeiras		12.829,6	7.719,7
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS DIFERIDOS		(219.051,0)	(467.621,1)
TRIBUTOS DIFERIDOS		59.398,7	111.829,0
RESULTADO DAS ATIVIDADES EMPRESARIAIS	26	(159.652,3)	(355.792,1)
RESULTADO ATUARIAL DO EXERCÍCIO – BENEFÍCIO PÓS EMPREGO	27.2	(2.658,7)	0,0
Receita/Despesa Atuarial – Benefício pós-emprego		(4.028,3)	
Tributos Diferidos sobre resultado atuarial		1.369,6	
LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	26	(162.311,0)	(355.792,1)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	Em milhares de reais	
	DEZEMBRO 2016	DEZEMBRO 2015
Atividades Operacionais	323.811,9	147.832,1
Recebimentos de clientes	2.464.504,5	1.907.073,7
Recebimentos de clientes de exercícios anteriores	386.414,9	367.831,2
Ressarcimento de pessoal requisitado	256.145,2	235.696,5
Outros recebimentos	36.856,9	26.797,5
Receita de compensação tributária	134.950,4	113.974,9
Rendimentos de aplicações	6,2	8,1
Tributos e encargos, inclusive compensação tributária	(594.723,0)	(424.724,2)
Pessoal e encargos, inclusive compensação tributária	(1.939.240,1)	(1.709.525,5)
Sentenças judiciais	(50.817,1)	(28.289,8)
Pagamentos a fornecedores	(370.285,8)	(341.010,4)
Atividades de Investimento	(127.051,9)	(123.119,2)
Imobilizado/ Intangível	(127.051,9)	(123.119,2)
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	196.760,0	24.712,8
Saldo inicial – Caixa e Equivalentes de Caixa	55.537,9	30.825,0
Saldo final – Caixa e Equivalentes de Caixa	252.297,8	55.537,9

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração do Valor Adicionado

	Em milhares de reais			
	DEZEMBRO 2016		DEZEMBRO 2015	
	VALOR	%	VALOR	%
RECEITAS	2.592.640,6	134,6	1.979.060,9	141,2
Vendas de Serviços	2.605.219,3	135,3	2.318.250,1	165,5
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(8.004,4)	(0,4)	(254.048,5)	(18,1)
Descontos Concedidos	(1.132,8)	(0,1)	(84.891,6)	(6,1)
Vendas Canceladas	(3.441,4)	(0,2)	(249,2)	(0,0)
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(347.681,1)	(18,0)	(366.767,3)	(26,2)
VALOR ADICIONADO BRUTO	2.244.959,5	116,6	1.612.293,5	115,1
RETENÇÕES	(331.734,3)	(17,2)	(218.905,1)	(15,6)
Depreciações e Amortizações	(141.269,8)	(7,3)	(135.678,4)	(9,7)
Resultados com Ações Judiciais	(186.436,2)	(9,7)	(83.226,6)	(5,9)
Resultado atuarial – Benefícios Pós Emprego	(4.028,3)	(0,2)		
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	1.913.225,2	99,3	1.393.388,5	99,4
VALOR ADICIONADO EM TRANSFERÊNCIA	12.829,6	0,7	7.719,7	0,6
Receitas Financeiras	12.829,6	0,7	7.719,7	0,6
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	1.926.054,8	100,0	1.401.108,2	100,0
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Empregados (Salários, Encargos e Benefícios)	1.561.073,3	81,1	1.426.022,4	101,8
Governo (Impostos e Contribuições)	527.292,5	27,4	327.186,3	23,4
Capitais de Terceiros	0,0	0,0		0,0
Capital Próprio	(162.311,8)	(8,4)	(352.100,5)	(25,1)
Acionista (Juros sobre Dividendos de Exercícios Anteriores)	0,0	0,0	3.691,6	0,3
Resultado das Atividades Empresariais	(159.652,3)	(8,3)	(355.792,1)	(25,4)
Resultado Atuarial – Benefício Pós Emprego	(2.658,7)	(0,1)		
Distribuição do valor adicionado	1.926.054,8	100,0	1.401.108,2	100,0

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

Demonstração do Resultado Abrangente

	Em milhares de reais	
	DEZEMBRO 2016	DEZEMBRO 2015
Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício	(162.311,0)	(355.792,1)
Resultado das Atividades Empresariais	(159.652,3)	(355.792,1)
Resultado Atuarial do Exercício – Benefício Pós Emprego	(2.658,7)	0,0
(+/-) Outros Resultados Abrangentes	(329.236,5)	(148.264,5)
Ajustes de instrumentos financeiros	(519,7)	531,6
Cálculo atuarial – Benefícios pós-emprego	(498.055,7)	(225.448,8)
Tributos diferidos sobre cálculo atuarial	169.339,0	76.652,6
RESULTADO ABRANGENTE NO PERÍODO	(491.547,5)	(504.056,6)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

O Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO é uma empresa pública independente, com capital social pertencente à União, vinculada ao MF, com personalidade jurídica de direito privado, tendo sido constituída pela Lei nº 4.516/1964, substituída pela Lei nº 5.615/1970, com estatuto aprovado pelo Decreto nº 6.791/2009. A sede da empresa localiza-se em Brasília-DF.

A empresa está envolvida, prioritariamente, na prestação de soluções digitais para o setor público e a sociedade, que permitem maior controle e transparência sobre a receita e os gastos públicos, além de facilitar a relação dos cidadãos com o governo.

O principal mercado de atuação da empresa é o de soluções para a gestão das finanças públicas, tendo o Ministério da Fazenda como principal cliente. Outro segmento igualmente importante são as ações estruturadoras e integradoras da Administração Pública Federal, cuja gestão e articulação compete ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

Dentre as várias soluções desenvolvidas, destacam-se o SIAFI, SPED, Sistemas Tributários, Passaporte Brasileiro, SIGEPE, SISCOMEX, Sistema de Notificação Eletrônica (DENATRAN) e Gestão de Margem Consignável.

Em 2016 a empresa estruturou seu portfólio de soluções em três linhas de negócio, compostas por produtos e serviços de interesse do mercado público e privado, e que agregam benefícios para a sociedade e inovação no uso dos dados de governo:



Serviços sob Medida: caracteriza-se por fornecer atendimento personalizado e abriga grande parte dos serviços já prestados para os clientes tradicionais. São soluções tecnológicas desenvolvidas para atender necessidades específicas de cada cliente; Serviços de Informação: voltada para o mercado público e privado, essa linha oferece serviços de tratamento e disponibilização de informações a partir do cruzamento de dados. Além disso, oferece serviços de governança da informação: aquisição, tratamento, armazenamento, análise, disponibilização e comunicação de informações; Serviços em Nuvem: direcionada para o mercado público e privado, essa linha de negócio tem como característica produtos padronizados ou com baixo grau de personalização, focados na disponibilização de recursos tecnológicos para comercialização em massa, por canais que propiciem o autosserviço e autogestão, que são características dos serviços em nuvem. O reposicionamento empresarial e a reestruturação do portfólio de serviços contribuem para ampliar o reconhecimento do Serpro, além da visão consolidada de uma organização responsável por grandes sistemas estratégicos do Estado Brasileiro. Para atender seus clientes a empresa possui robusta infraestrutura para hospedagem de soluções digitais, e uma rede de comunicações que oferece meios de alta velocidade para interligação de seus clientes e acesso a partir de todo o território nacional e exterior, atendendo a requisitos de elevada disponibilidade e segurança. Em 2016 o foco de investimentos foi na racionalização do uso dos recursos disponíveis, mantendo os níveis de serviços oferecidos e ampliando a capacidade de atendimento. Tais aspectos são fruto do modelo de planejamento estratégico, que foi revisado para suportar as mudanças do direcionamento empresarial e para oferecer indicadores consistentes para monitoramento e avaliação dos resultados. Nesse sentido, a visão da empresa a partir do novo modelo de planejamento é “ser líder em soluções digitais para governo e sociedade”, tendo como missão “conectar governo e sociedade com soluções digitais”. NOTA 2 - BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 2.1 - Declaração de conformidade com relação às normas brasileiras de contabilidade As demonstrações contábeis estão preparadas de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo CPC, referendados pelo CFC e pela CVM, em conformidade com o conjunto de leis, normas e princípios que integram a contabilidade brasileira (BRGAAP). De acordo com a NBC TG 26 (R4), as demonstrações contábeis devem ser analisadas em conjunto com as publicadas no último exercício encerrado. A emissão das demonstrações contábeis do exercício, encerrado em 31 de dezembro de 2016, foi autorizada pela Diretoria da empresa em reunião realizada em 21 de março de 2017. As demonstrações obtiveram manifestação favorável do Conselho Diretor em reunião conjunta com o Conselho Fiscal em 23 de março de 2017, e serão submetidas à aprovação em Assembleia Geral Ordinária de 26 de abril de 2017. 2.2 - Base de mensuração As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos ativos financeiros constantes do ativo circulante, que são avaliados a valor justo com reflexo no patrimônio líquido. 2.3 - Moeda funcional e de apresentação Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da empresa. 2.4 - Uso de estimativas e julgamentos A preparação das demonstrações contábeis, de acordo com os pronunciamentos do CPC, exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e valores reportados a ativos, passivos, receitas e despesas. Os valores definitivos das transações envolvendo estas estimativas somente serão conhecidos por ocasião da sua liquidação. Estimativas e premissas são revistas de forma contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos e incertezas sobre premissas e estimativas, que possuem um risco significativo, estão incluídas nas seguintes notas explicativas: Nota 5 – Ativos Circulantes Mantidos para Venda; Notas 6 e 13.1 – Créditos a Receber de Clientes; Nota 16 – Imobilizado; Nota 27 – Benefícios a Empregados; e Nota 23 – Provisões Trabalhistas e Cíveis. NOTA 3 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS As políticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente aos períodos apresentados nessas demonstrações. As contas ativas e passivas, que guardam na essência ligação entre si, foram consideradas para fins de apresentação pelo valor líquido, em razão de possuírem natureza semelhante. Para fins comparativos e melhor avaliação das situações apresentadas, algumas informações dos exercícios anteriores foram reclassificadas. O SERPRO processa todas suas movimentações financeiras e registros contábeis no SIAFI, portanto está limitado à data de 13 janeiro de 2017, determinada pela STN, para conclusão dos registros contábeis do exercício. 3.1 - Caixa e equivalentes de caixa Compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de até noventa dias. Estão sujeitos a risco insignificante de alteração no valor justo, sendo utilizados na gestão das obrigações de curto prazo. 3.2 - Capital Social e Remuneração do Acionista O capital social do SERPRO pertence integralmente à União. O dividendo mínimo obrigatório, previsto no Inciso II do Art. 19 do estatuto do SERPRO, corresponde a 25% do lucro líquido ajustado nos termos da legislação societária. Em 2016, não houve distribuição em função do prejuízo do período. 3.3 - Imobilizado O ativo imobilizado corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades empresariais.	3.3.1 - Reconhecimento e mensuração Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são atribuíveis à aquisição do ativo. Software adquirido, que seja parte da funcionalidade de um equipamento, é capitalizado como parte do ativo. 3.3.2 - Gastos subsequentes São incorporados somente nos casos em que os benefícios econômicos futuros sejam auferidos para a entidade. Gastos incorridos com manutenção ou reparos recorrentes, estes são reconhecidos no resultado do exercício. 3.3.3 - Depreciação Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso. A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado para o exercício corrente e exercícios comparativos são definidas pelos gestores, conforme especificidade do ativo. Em média, foram assim estimadas: <table><tr><td>Instalações</td><td>10 anos</td></tr><tr><td>Equipamentos de processamento de dados</td><td>2 – 5 anos</td></tr><tr><td>Máquinas e equipamentos</td><td>2 – 5 anos</td></tr><tr><td>Móveis e utensílios</td><td>3 – 10 anos</td></tr></table> Quanto aos edifícios, a vida útil atribuída na reavaliação (nota 3.3.6) considerou a tabela do Imposto de Renda. Nesse sentido, aplicou-se o prazo de 25 anos para os itens deste ativo, sem determinação de valor residual. Em essência, a vida útil média dos edifícios do SERPRO é superior a 50 anos, tendo como pressuposto a continuidade da empresa e a consequente geração de benefícios econômicos. Desta forma, antes da aplicação das novas normas de contabilidade, os edifícios foram depreciados a uma taxa superior e incorreram em uma base de cálculo também superior ao que deveria ocorrer, reduzindo o valor contábil dos bens. As edificações constantes do ativo imobilizado estão abaixo, inclusive, do valor que seria obtido com a venda destes no fim de suas vidas úteis, ou seja, são inferiores a seus valores residuais. Em conformidade com a ITG 10, bem como com a NBC TG 27 (R3), não se reconhece depreciação caso o valor residual supere o valor contábil. 3.3.4 - Obras em Andamento Representam o valor bruto dos custos relacionados diretamente a projetos específicos de adequação predial e obras civis que agregam vida útil ao imóvel. À medida que forem concluídas e entrarem em operação, as obras serão reclassificadas em conta específica e submetidas à depreciação, conforme a vida útil empresarial. 3.3.5 - Opção pelo custo atribuído (deemed cost) No exercício de 2010, o SERPRO optou pela não aplicação do custo atribuído a seu imobilizado, uma vez que absorve constantes investimentos na renovação, acompanhando a evolução tecnológica, nos termos da NBC TG 37 (R4). 3.3.6 - Reavaliação de imóveis No exercício de 2005, a empresa promoveu reavaliação de seus bens imóveis, baseada em laudos de avaliadores independentes, em virtude da defasagem entre os valores patrimoniais contabilizados e de mercado, de acordo com as normas contábeis vigentes à época. O saldo da reavaliação da empresa será mantido até sua total realização por meio de despesa de depreciação, alienação ou baixa por perda, que é facultada pela Lei no 11.638/2007 e NBC TG 13. Destaca-se que a atual legislação não permite a utilização do instrumento de reavaliação. 3.4 - Ativos Intangíveis Cessões de direito de uso e licenças de uso de software estão contabilizadas no grupo intangível, por se tratar de bens incorpóreos, destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. Trata-se de gastos incorridos, que atendem aos critérios de reconhecimento e mensuração para serem ativados, diretamente associados a software identificáveis e únicos. São mensurados pelo custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas. 3.4.1 - Gastos subsequentes São incorporados ao ativo somente quando implicam aumento de benefícios econômicos futuros. Todos os outros gastos, inclusive manutenção e locação de software, são reconhecidos no resultado. 3.4.2 - Amortização É efetuada com base no método linear, sendo reconhecida no resultado pela vida útil estimada dos ativos, a partir da data que estão disponíveis para uso. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e exercícios comparativos são: <table><tr><td>Cessão de direito de uso de software</td><td>3 – 5 anos</td></tr><tr><td>Licença de uso de software</td><td>1 – 5 anos</td></tr></table> 3.5 - Propriedade para investimento A propriedade para investimento é mensurada pelo custo, sendo aplicado o teste de recuperabilidade anualmente. A redução no valor justo ou ganhos e perdas na alienação são reconhecidos no resultado. 3.6 - Redução ao valor recuperável de ativos (impairment) Os valores contábeis dos ativos não financeiros (bens móveis, imóveis, terrenos e ativos intangíveis) são revistos para a indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra, o valor é estimado, levando-se em conta as circunstâncias econômicas, operacionais e tecnológicas. Em 2016, não há registro de qualquer evento que possa ter comprometido os valores registrados no ativo imobilizado. Em virtude disto, não houve estimativa de valores a reduzir por imparidade, dispensando a realização do teste. Além dos imóveis, os ativos de maior representatividade na empresa são utilizados na prestação de serviços aos clientes. Em 2016, não foi apontada pelas áreas responsáveis pela prestação de serviços qualquer indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização, sendo dispensável a realização do teste de redução ao valor recuperável, nos termos da NBC TG 01 (R3).	Instalações	10 anos	Equipamentos de processamento de dados	2 – 5 anos	Máquinas e equipamentos	2 – 5 anos	Móveis e utensílios	3 – 10 anos	Cessão de direito de uso de software	3 – 5 anos	Licença de uso de software	1 – 5 anos
Instalações	10 anos												
Equipamentos de processamento de dados	2 – 5 anos												
Máquinas e equipamentos	2 – 5 anos												
Móveis e utensílios	3 – 10 anos												
Cessão de direito de uso de software	3 – 5 anos												
Licença de uso de software	1 – 5 anos												

3.7 - Provisões

São reconhecidas se a entidade tem uma obrigação presente, associada a um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável e seja provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação no futuro.

3.8 - Receita Operacional

A receita com prestação de serviços é reconhecida no resultado com base no registro de produção efetuado pelas unidades de relacionamento com clientes. O registro de produção reflete o valor justo avençado contratualmente entre as partes, nos termos da NBC TG 30.

3.9 - Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras são compostas de juros sobre fundos investidos, juros sobre créditos tributários e descontos financeiros obtidos junto a fornecedores.

As despesas financeiras são compostas de juros e encargos sobre contratos de parcelamento de dívida com a EFPC – SERPROS e eventuais obrigações em atraso, como também juros sobre dividendos a pagar.

3.10 - Tributos

São adotadas as seguintes práticas:

- i) os resultados mensais são apurados cumulativamente para efeito de suspensão ou redução do pagamento do IRPJ e da CSLL;
- ii) as alíquotas do ISS variam de 2% a 5%, de acordo com o serviço prestado e o município em que se deu o fato gerador (LC 116/2003);
- iii) as contribuições PIS/PASEP (0,65% e 1,65%) e COFINS (3% e 7,6%) estão registradas pelo regime da cumulatividade e não-cumulatividade;
- iv) a alíquota do INSS patronal sofreu elevação em dezembro de 2015, passando de 2,0% para 4,5% sobre a receita.

3.11 - Ativos não circulantes a alienar

Os ativos não circulantes são classificados como bens a alienar, se for altamente provável que serão alienados.

As desmobilizações são realizadas por meio de leilões e de doações a entidades públicas parceiras do SERPRO, assim como a instituições de ensino do poder público.

Uma vez classificados como bens a alienar, os ativos não são mais depreciados.

3.12 - Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

A DVA foi elaborada nos termos da NBC TG 09, sendo apresentada como parte das demonstrações contábeis.

3.13 - Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD)

São constituídas de acordo com os procedimentos e critérios definidos pela administração, que inclui a análise criteriosa das faturas a receber vencidas e incertas quanto ao seu recebimento.

O cálculo considerou as faturas vencidas, utilizando-se dos critérios estabelecidos na nota 6.1.

3.14 - Determinação do valor justo

Os ativos e passivos devem ser demonstrados e divulgados pelos seus valores justos, conforme métodos e premissas divulgadas nas notas específicas.

3.15 - Custo dos serviços prestados (CSP)

No exercício 2016, iniciou-se o processo de evidenciação do custo dos serviços prestados, que se refere àqueles gastos apropriados à prestação de serviços a clientes. Na DRE, os gastos estão distribuídos entre o CSP e as despesas operacionais.

3.16 - Eventos subsequentes (NBC TG 24)

Considerados os eventos ocorridos entre o encerramento do exercício e a publicação das demonstrações contábeis para aprovação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Nesse período, a diretoria da empresa autoriza a emissão das demonstrações, a serem apreciadas pelos Conselhos Diretor e Fiscal, que emitem pareceres específicos. Após manifestação dos conselhos, em caso favorável, as demonstrações estão aptas a serem publicadas para aprovação da AGO.

As demonstrações contábeis são apresentadas com os efeitos de eventos subsequentes ao período contábil que originam ajustes, com nota explicativa específica do item afetado.

ATIVO**NOTA 4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

Estão assim discriminados:

Em milhares de R\$		
DISCRIMINAÇÃO	2016	2015
Bancos c/ Movimento	251.138,6	55.484,8
Fundo de Aplicação Financeira *	1.159,3	53,1
TOTAL	252.297,8	55.537,9

* Operações com vencimento na data efetiva da aplicação igual ou inferior a 90 dias

4.1 - Bancos Conta Movimento:

São recursos financeiros disponíveis, depositados na Conta Única do Tesouro Nacional.

4.2 - Fundo de Aplicação Financeira:

Trata-se de aplicações financeiras de alta liquidez, com vencimento original igual ou inferior a noventa dias, a partir da data da contratação, aplicadas no Banco do Brasil (FAE), que são lastreadas em títulos públicos (Resolução CMN no 3.284/2005 alterada pela Resolução nº 4.034/2011 e legislação subsequente).

NOTA 5 - ATIVOS CIRCULANTES MANTIDOS PARA VENDA

Os ativos financeiros estão mensurados ao valor justo e classificados como recebíveis disponíveis para venda.

A partir de 1991, a empresa passou a estimar as perdas prováveis (Decreto nº 101/1991), devido a considerável queda do valor das cotas, de modo a demonstrar o valor justo do ativo. Para fins fiscais, esta estimativa é indedutível.

Estes ativos representam cotas dos seguintes fundos de investimentos: i) FINOR, com 306.290.783 cotas escriturais, sem prazo de vencimento; ii) FINAM, com o total de 2.420.110.239 cotas, emitidas ao longo de vários exercícios, também sem vencimento definido. O valor das cotas é atualizado mensalmente pelo preço de fechamento da BOVESPA.

Em milhares de R\$		
DISCRIMINAÇÃO	2016	2015
Incentivos Fiscais FINAM/FINOR	9.864,9	9.864,9
Correção Monetária Lei 8.200/91	28,9	28,9
(-) Provisão para Perdas Prováveis	(9.631,5)	(9.111,8)
TOTAL	262,3	782,0

NOTA 6 - CRÉDITOS A RECEBER DE CLIENTES

As contas a receber de clientes no valor de R\$ 153,6 milhões (R\$ 402,2 milhões em 2015) estão apresentadas no balanço deduzidas da PECLD, estimadas em R\$ 18,9 milhões (R\$ 5,7 milhões em 2015).

Em milhares de R\$				
DESCRIÇÃO	A VENCER	VENCIDAS	TOTAL	% DE VENCIDAS
Clientes - Circulante	58.525,8	95.094,6	153.620,4	
PECLD (nota 6.1)		(18.895,1)	(18.895,1)	56,56%
Valor Líquido	58.525,8	76.199,5	134.725,3	

6.1 - Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa (PECLD)

É estimada com base no processo organizacional de cobrança de débitos de clientes, de acordo com o risco de não recebimento, avaliado em R\$ 18,9 milhões (R\$ 5,7 milhões em 2015).

Desde 2015, os valores vencidos há mais de um ano passaram a compor a PECLD, em regra. Deles são excluídos aqueles valores que tenham expectativa de recebimento com base no relacionamento com os clientes.

Em milhares de R\$		
DISCRIMINAÇÃO	2016	2015
Saldo Inicial	5.676,2	7.202,0
Constituição/Reversão	13.218,9	(1.525,7)
TOTAL	18.895,1	5.676,2

NOTA 7 - CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

O saldo dos créditos tributários de curto prazo é de R\$ 164,0 milhões (R\$ 132,1 milhões, em 2015), assim distribuídos:

Em milhares de R\$		
DISCRIMINAÇÃO	2016	2015
IRPJ/CSLL a Compensar	161.890,5	129.999,6
PIS-PASEP/COFINS a Compensar	1.543,7	1.543,7
IRPJ/CSLL a Recuperar (ajuste de exercícios anteriores)	581,3	581,3
Créditos Fiscais Diversos	0,0	0,9
TOTAL	164.015,5	132.125,6

7.1 - IRPJ e CSLL a compensar

O saldo de R\$ 161,9 milhões refere-se às retenções na fonte, efetuadas pelos clientes (Leis 9.430/1996 e 10.833/2003). Mensalmente, confrontam-se os valores devidos de IRPJ e CSLL com os valores retidos, não havendo valor a pagar caso a retenção seja superior.

Estes valores se acumulam no decorrer do ano, sendo utilizados como dedução de IRPJ/CSLL anual. Considerando-se não haver valor a pagar na apuração dos impostos em 2016, o saldo foi constituído como crédito tributário, que será utilizado na compensação de tributos administrados pela RFB.

7.2 - PIS/PASEP e COFINS a compensar

O saldo de R\$ 1,5 milhão decorre de pagamentos realizados a maior em dezembro/2007, por meio de crédito de saldo negativo de IRPJ do ano de 2007. Tais créditos são oriundos de nova apuração, devido a inclusão de despesas na composição dos créditos, que reduzem a base de cálculo destas contribuições.

A compensação desses créditos não é possível no momento, pois a RFB não homologou integralmente as declarações de compensação do ano-calendário de 2007. Atualmente, o processo encontra-se no CARF, até posicionamento do recurso voluntário apresentado pelo SERPRO, buscando a disponibilidade do saldo remanescente.



7.3 - IRPJ e CSLL a recuperar

O saldo de R\$ 581,3 mil refere-se à apresentação líquida desses tributos, calculados à alíquota de 34% sobre os ajustes de exercícios anteriores, que foram efetuados em 2015.

NOTA 8 - RESSARCIMENTO DE PESSOAL

O SERPRO possui 2.685 empregados cedidos a órgãos do Governo, em sua maioria lotados no MF. A empresa é responsável pela folha de pagamento destes empregados, cabendo aos órgãos cessionários o reembolso dessas despesas.

Trata-se de valores a receber, tendo por base as NR enviadas aos órgãos cessionários. Os valores pendentes de recebimento totalizam R\$ 64,4 milhões (R\$ 21,5 milhões, em 2015), dos quais R\$ 8,0 milhões de exercícios anteriores e R\$ 56,4 milhões referentes a 2016.

NOTA 9 - DESPESAS ANTECIPADAS

Trata-se de serviços de subscrição e suporte técnico de software no valor de R\$ 3,7 milhões (R\$ 5,1 milhões em 2015), que serão apropriados no decorrer do exercício seguinte.

NOTA 10 - DEPÓSITOS JUDICIAIS E RECURSAIS

O saldo do grupo é de R\$ 262,3 milhões (R\$ 271,1 milhões, em 2015), constituindo-se como garantia de juízo, sobretudo em ações de natureza trabalhista.

No caso das ações fiscais, correspondem a depósito pela não entrega das informações à RFB no formato do MANAD, o que resultou em multa de R\$ 6,2 milhões. O SERPRO interpôs recurso administrativo junto à PGFN, de modo que o valor se mantém depositado judicialmente até o julgamento final da ação (Instrução Normativa 787/2007).

Em milhares de R\$

DESCRIÇÃO	2016	2015
Depósitos Judiciais	221.198,5	231.378,9
Depósitos Recursais	34.793,0	33.333,6
Ações Fiscais e outras	6.350,6	6.350,6
TOTAL	262.342,0	271.063,1

NOTA 11 - RESSARCIMENTO DE PESSOAL

O saldo de R\$ 1,6 bilhão refere-se aos créditos a receber junto a órgãos cessionários, assim compostos:

i) apropriação por competência de férias e licença prêmio (R\$ 37,3 milhões), que são classificados no ativo não circulante até a emissão das NR;

ii) valores históricos de desembolsos com sentenças judiciais do quadro de PSE (R\$ 149,7 milhões), que foram efetuados ao longo do tempo, e serão objeto de ressarcimento após trânsito em julgado dos processos;

iii) expectativa de recebimento das provisões trabalhistas relativas a PSE (R\$ 1,4 bilhão) (nota 23). Embora a União, por orientação da AGU, não possa reconhecer contabilmente a responsabilidade sobre essas provisões antes do trânsito em julgado dos processos, a expectativa de recebimento figura no balanço do Serpro.

Em milhares de R\$

DESCRIÇÃO	2016	2015
Apropriação por competência (a)	37.338,8	34.729,6
Férias	22.954,8	21.915,1
Licença-prêmio	14.384,0	12.814,5
Desembolsos com sentenças judiciais (PSE) (b)	149.748,2	173.737,4
Processo nº 2047/1989	120.820,2	120.820,2
Processo nº 2200-85.1993.5.02.0020	23.454,8	23.454,8
Processo nº 0178400-37.1990.503.0015	3.395,3	3.395,3
Processo nº 00232400-92.1991.5.03.0001	2.077,9	26.067,1
Provisões trabalhistas PSE (c)	1.449.021,1	262.216,1
TOTAL (a + b + c)	1.636.108,0	470.683,2

NOTA 12 - CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

O saldo de R\$ 457,7 milhões resulta da diferença entre o ativo fiscal diferido (R\$ 970,8 milhões) e o passivo fiscal diferido (R\$ 513,1 milhões), relativos a IRPJ e CSLL sobre diferenças intertemporais.

12.1 - Ativo Fiscal Diferido

Em milhares de R\$

DESCRIÇÃO	2016	2015
Contingências trabalhistas	596.551,8	149.532,9
Benefícios pós-emprego – cálculo atuarial (PL e Passivo)	196.959,5	76.652,6
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	97.265,2	94.797,3
Licença-Prêmio	32.420,6	31.847,1
Plano de Previdência Complementar	12.450,3	9.822,1
Multas e juros	10.047,2	0,0
Provisão para perdas prováveis	3.226,6	3.049,9
Prejuízo fiscal e base negativa CSLL	21.930,3	21.930,3
TOTAL AFD	970.851,5	387.632,1

12.2 - Passivo Fiscal Diferido

Em milhares de R\$

DESCRIÇÃO	2016	2015
PFD sobre Processo Trabalhista – PSE (nota 11)	492.667,2	89.153,5
PFD sobre Provisão Ativa – LFTSC (nota 13.2)	20.482,7	20.482,7
TOTAL	513.149,9	109.636,2

NOTA 13 - CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO

Em milhares de R\$

DESCRIÇÃO	2016	2015
Créditos a Receber de Clientes (nota 13.1)	267.178,8	273.139,2
PECLD (nota 6.1)	(267.178,8)	(273.139,2)
Créditos a Receber EFPC (nota 13.2)	60.243,3	60.243,3
Outros Créditos a Receber	122,9	122,9
TOTAL	60.366,2	60.366,2

13.1 - Créditos a Receber de Clientes

O saldo dos créditos a receber de clientes reduziu-se em R\$ 5,9 milhões, face ao recebimento de faturas apropriadas como PECLD (nota 6.1) anteriormente.

Em 2015, atendendo a recomendação da CGU, houve a contabilização de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa no valor de R\$ 252,3 milhões, referente às faturas em avaliação de direito que se encontram para solução de controvérsia na AGU.

Em 2016, o restante dos créditos em avaliação de direito foi inteiramente transferido do ativo circulante para o não circulante, acompanhando o procedimento adotado para o conjunto das faturas que se encontram para solução de controvérsia na AGU. Tal alteração é motivada pela essência de ativo, cujo prazo de recebimento é incerto. A PECLD desses créditos já estava constituída, não impactando os saldos do circulante ou não circulante.

13.2 - Créditos a Receber de EFPC – SERPROS

Em dezembro de 2013, houve o reconhecimento de R\$ 60,2 milhões, referentes às Letras Financeiras do Tesouro do Estado de Santa Catarina (LFTSC), já deduzidas as custas judiciais. Trata-se de um ativo mensurado pelo valor incontroverso, conforme consta do processo judicial nº 023.06.38548-0, ajuizado pelo SERPROS contra o Estado de Santa Catarina.

Este ativo tem origem com a assinatura, em 22.02.2002, do segundo termo aditivo ao acordo SERPRO (patrocinadora) e SERPROS (EFPC) para parcelamento de aporte financeiro específico, destinado à viabilização da migração de participantes do Plano PS-I para o PS-II, onde a patrocinadora faz jus a 42,7% dos créditos relativos às LFTSC.

Este ativo é objeto de litígio entre a EFPC e o Estado de Santa Catarina. Destaca-se que a EFPC reconheceu em balanço, no exercício de 2013, o direito de seu recebimento, revertendo a PECLD constituída anteriormente. Reconheceu ainda a respectiva obrigação junto à patrocinadora, tomando-se por base parecer jurídico, no qual concluiu-se pela possibilidade de lançamento do valor incontroverso no balanço por não se tratar de ativo contingente.

NOTA 14 - OUTROS ATIVOS

Em R\$

DESCRIÇÃO	2016	2015
Bens a alienar	6.457,35	6.457,35
Obras de Arte e Peças para Exposição	72.361,91	72.384,41
Ativos Financeiros	26.271,39	26.271,39
TOTAL	105.090,65	105.113,15

NOTA 15 - PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO

O saldo de R\$ 246,0 mil refere-se ao reconhecimento inicial a valor justo, em 2015, de imóvel incorporado ao SERPRO devido a êxito em processo judicial.

Em laudo de 2016, o imóvel está avaliado em R\$ 400,0 mil, não cabendo reconhecimento da perda do valor recuperável, assim como a valorização do ativo, tendo em vista o impedimento legal de se registrar contabilmente a reavaliação de imóveis.

NOTA 16 - IMOBILIZADO

Está demonstrado ao custo de aquisição, sendo que as depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil empresarial do bem.

Em milhares de R\$

DESCRIÇÃO	SALDO EM 2015	DEPRECIAÇÃO/AMORTIZAÇÃO	VALOR LÍQUIDO	
			2016	2015
Edifícios	140.711,4	(26.097,2)	114.614,3	110.776,0
Terrenos	67.029,7	0,00	67.029,7	67.029,7
Estudos e projetos	2.539,1	0,00	2.539,1	2.545,7
Obras em andamento	57.762,4	0,00	57.762,4	73.034,0
Instalações	90.833,1	(46.290,2)	44.542,9	31.941,6
Benf. em prop. terceiros	1.366,4	(667,0)	699,4	283,7
Correção IPC/90	19.209,6	(2.531,0)	16.678,7	16.678,7
Bens móveis	822.639,9	(633.884,5)	188.755,3	211.045,4
TOTAL	1.202.091,7	(709.469,9)	492.621,8	513.334,8

16.1 - Movimentação do Imobilizado

DESC.	SALDO EM 2015	ADIÇÕES	CONC. DE OBRAS	ALIENA.	BAIXAS	TRANSE.	Em milhares de R\$
							SALDO EM 2016
Edifícios	136.873,1	624,3	6.340,1	0,0	0,0	(3.126,2)	140.711,4
Terrenos	67.029,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0	67.029,7
Estudos e projetos	2.545,7	110,8	0,0	0,0	0,0	(117,3)	2.539,1
Obras em andamento	73.034,1	1.502,4	(18.261,4)	0,0	(11,8)	1.499,2	57.762,4
Instalações	71.689,4	4.528,2	11.463,4	0,0	0,0	3.152,1	90.833,1
Benfeit. em prop. terceiros	520,8	0,0	457,9	0,0	0,0	387,7	1.366,4
Correção IPC/90	19.209,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	19.209,6
Bens móveis	855.129,0	50.818,8	0,0	(81.437,2)	(75,1)	(1.795,5)	822.639,9
TOTAL	1.226.031,4	57.584,5	0,0	(81.437,2)	(86,9)	0,0	1.202.091,7

16.2 - Movimentação da Depreciação

DESCRIÇÃO	SALDO EM 2015	DEPREC.	ALIENA.	BAIXAS	Em milhares de R\$
					SALDO EM 2016
Edifícios	(26.097,2)	0,0	0,0	0,0	(26.097,2)
Instalações	(39.747,8)	(6.542,4)	0,0	0,0	(46.290,2)
Benfeit. em Prop. Terceiros	(237,1)	(429,9)	0,0	0,0	(667,0)
Correção IPC/90	(2.531,0)	0,0	0,0	0,0	(2.531,0)
Bens Móveis	(644.083,5)	(71.071,5)	81.270,5	0,0	(633.884,5)
TOTAL	(712.696,6)	(78.043,8)	81.270,5	0,0	(709.469,9)

Para fins de apuração do IRPJ e CSLL, é considerada a depreciação fiscal, calculada de acordo com a tabela divulgada pela RFB.

NOTA 17 - INTANGÍVEL

O saldo atual do intangível corresponde a licenças de software e soluções empregadas na produção de serviços, que contribuirão para a formação do resultado de mais de um exercício social. São software de terceiros com vida útil definida, mensurados pelo custo de aquisição, deduzidas as despesas de amortização, obedecendo-se aos prazos definidos pelas unidades responsáveis pela utilização das soluções.

Do total do intangível (R\$ 115,2 milhões), destaca-se que 92% concentram-se nas unidades de Brasília e São Paulo, os dois principais centros de dados da empresa.

REGIONAL	SALDO EM 2016	AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	Em milhares de R\$	
			VALOR LÍQUIDO	
			2016	2015
Brasília	275.808,2	(216.279,9)	59.528,3	54.264,4
São Paulo	208.356,6	(157.994,3)	50.362,3	59.593,9
Sede	21.384,2	(20.818,9)	565,3	1.811,3
Rio de Janeiro	15.134,1	(12.501,3)	2.632,8	6.413,8
Outras	4.820,2	(2.742,0)	2.078,2	2.313,8
TOTAL	525.503,3	(410.336,4)	115.166,9	124.397,1

17.1 - Movimentação do Intangível

REGIONAL	SALDO EM 2015	ADIÇÕES	BAIXAS	Em milhares de R\$
				SALDO EM 2016
Brasília	240.429,1	35.652,9	(273,8)	275.808,2
São Paulo	189.831,9	18.524,8	0,0	208.356,6
Sede	22.198,5	39,7	(854,0)	21.384,2
Rio de Janeiro	15.005,7	128,4	0,00	15.134,1
Outras	4.043,0	777,2	0,00	4.820,2
TOTAL	471.508,1	55.122,9	(1.127,8)	525.503,3

17.2 - Movimentação da Amortização

REGIONAL	SALDO EM 2015	ADIÇÕES	BAIXAS	Em milhares de R\$
				SALDO EM 2016
Brasília	(186.164,8)	(30.115,2)	0,00	(216.279,9)
São Paulo	(130.238,0)	(27.756,3)	0,00	(157.994,3)
Sede	(20.387,2)	(431,7)	0,00	(20.818,9)
Rio de Janeiro	(8.592,0)	(3.909,3)	0,00	(12.501,3)
Outras	(1.729,2)	(1.012,8)	0,00	(2.742,0)
TOTAL	(347.111,0)	(63.225,4)	0,00	(410.336,4)

17.3 - Baixa de ativo intangível

Em 2016, foi realizada a baixa de convênios firmados com universidades federais para estudo de desenvolvimento de serviços no valor de R\$ 1,2 milhão, que foram reavaliados como pesquisa.

PASSIVO

NOTA 18 - CONSIGNAÇÕES

Trata-se de retenções na folha de pagamento de empregados, tais como pensão alimentícia, entidades representativas de classe, empréstimos consignados, planos de previdência e assistência médica, além de tributos retidos de fornecedores, que perfazem R\$ 76,6 milhões (R\$ 75,4 milhões em 2015).

DESCRIÇÃO	Em milhares de R\$	
	2016	2015
Previdência Social	14.317,5	14.034,6
Pensão Alimentícia	19,3	14,1
IRRF	14.298,9	16.768,0
Tributos Federais Retidos	32.696,0	28.491,2
ISS	2.207,3	1.941,1
Plano de Previdência e Assist. Médica	8.300,0	9.502,9
Empréstimos, Retenções e Consignatários	4.787,7	4.690,4
TOTAL	76.626,7	75.442,5

NOTA 19 - TRIBUTOS E ENCARGOS SOCIAIS

Referem-se às obrigações a serem recolhidas, já deduzidas dos tributos a recuperar.

DESCRIÇÃO	Em milhares de R\$	
	2016	2015
PIS-COFINS	28.262,5	33.877,8
ISS a Recolher	42.404,8	37.334,4
FGTS	8.059,7	7.810,1
INSS	15.800,6	11.625,5
Outros tributos	17,9	29,2
TOTAL	94.545,5	90.677,0

Entre os exercícios de 2014 e 2016, foram efetuados acordos de parcelamento de débitos tributários, referentes ao ISS-SP e INSS, cujos saldos restantes montam R\$ 94,9 milhões e R\$ 11,5 milhões, respectivamente. Os valores vincendos, classificados no passivo circulante, somam R\$ 26,4 milhões e R\$ 3,4 milhões na mesma ordem.

Os valores são contabilizados em conta específica de tributos renegociados, já apropriados os juros e as multas calculados no processo de parcelamento. Estes serão dedutíveis na apuração de IRPJ e CSLL por ocasião do efetivo pagamento das parcelas.

19.1 - IRPJ e CSLL

Em 2016, em face de prejuízo fiscal (IRPJ) e de base de cálculo negativa (CSLL), não houve valores a pagar referentes a estes tributos.

DISCRIMINAÇÃO	Em milhares de R\$	
	2016	2015
Base de cálculo da Contribuição Social:		
Lucro/Prejuízo Contábil antes do IR e Contribuição Social (A)	(162.311,0)	(355.792,1)
(-) Reversão AFD 2014 (B)	0,0	1.471,4
Lucro Contábil antes do IR e Contribuição Social Ajustado (C = A - B)	(162.311,0)	(354.320,6)
(+) Adições (D)	1.824.832,8	860.383,3
(-) Exclusões (E)	(1.723.819,8)	(611.457,7)
Base de Cálculo antes da Compensação de BC Negativa (F = C + D + E)	(61.298,0)	(105.395,0)
(-) Compensação BC Negativa de CSLL (G)	0,0	0,0
Base de Cálculo da Contribuição Social (H = F - G)	(61.298,0)	(105.395,0)
Contribuição Social - Alíquota 9% (I = H x 9%)	0,0	0,0
(-) Antecipações (J)	(28.158,2)	(22.442,6)
Saldo a Compensar (K = I + J)	28.158,2	22.442,6
Base de Cálculo do Imposto de Renda:		
Lucro/Prejuízo Contábil depois da CSLL (ajustado) (L = C - I)	(162.311,0)	(354.320,6)
(+) Adições (M)	1.825.850,2	861.214,1
(-) Exclusões (N)	(1.723.819,8)	(611.457,7)
Lucro/Prejuízo Fiscal antes da Compensação de Prejuízo Fiscal (O = L + M + N)	(60.280,6)	(104.564,3)
(-) Compensação BC Negativa de PF (P)	0,0	0,0
Base de Cálculo do IRPJ (Q = O + P)	(60.280,6)	(104.564,3)
Imposto Devido (U = R + S + T)	0,0	0,0
(-) Antecipações (V)	(133.469,4)	(107.295,0)
Saldo a Compensar (W = U + V)	133.469,4	107.295,0

NOTA 20 - FORNECEDORES

Visando regularizar as dívidas vencidas, desde 2015 a empresa vem negociando parcelamento junto a fornecedores. O Serpro tem cumprido suas obrigações financeiras decorrentes desses acordos de parcelamento de dívidas. Entretanto, a situação de caixa não tem permitido honrar tempestivamente a totalidade dos compromissos mensais.

DESCRIÇÃO	Em milhares de R\$	
	2016	2015
FORNECEDORES		
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
A vencer	128.641,5	1.455,0
Vencidas	135.213,1	0,0
Acordo de Parcelamento	44.145,2	0,0
TOTAL	307.999,9	1.455,0

NOTA 21 - PESSOALA PAGAR E ENCARGOS TRABALHISTAS

No conjunto dessas obrigações no valor de R\$ 280,2 milhões (R\$ 267,6 milhões em 2015), merece registro a movimentação as seguintes rubricas: i) apropriação do incentivo do APA, cujo saldo é de R\$ 21,9 milhões; ii) baixa por pagamento de R\$ 18,9 milhões, referente ao ACT 2015/2016.

DISCRIMINAÇÃO	Em milhares de R\$	
	2016	2015
Pessoal a pagar	6.686,6	3.466,2
ACT 2015	0,0	18.855,8
APA	21.905,7	0,0
Férias (nota 21.1)	154.958,0	150.270,4
Licença prêmio (nota 21.1)	96.688,4	95.001,9
TOTAL	280.238,6	267.594,3

21.1 - Obrigações com Pessoal

Correspondem às apropriações de férias e licença-prêmio. No caso da licença-prêmio, a cada 5 anos, o empregado possui o direito de gozo ou conversão em pecúnia, correspondente a um mês de remuneração. A apropriação das despesas ocorre mensalmente (NBC TG 33 (R2)).

No encerramento do exercício, a estimativa é de que 4,01% dos empregados gozem o período de licença-prêmio. Este percentual é considerado para a apropriação dos encargos sobre a licença-prêmio, nos casos de conversão em pecúnia, de natureza indenizatória, não havendo incidência de impostos e encargos sociais.

DESCRIÇÃO	Em milhares de R\$	
	PROVISÕES	ENCARGOS
Férias	143.379,5	31.563,5
Licença - Prêmio	95.736,6	951,8
TOTAL	239.116,1	32.515,3



NOTA 22 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

O conjunto das obrigações, vincendas após 12 meses do encerramento do exercício social, alcança R\$ 91,2 milhões (R\$ 53,0 milhões em 2015), assim constituídas:

- i) PIS-PASEP/COFINS (R\$ 14,6 milhões), que se refere às contribuições incidentes sobre as faturas em avaliação de direito classificadas no ativo não circulante;
- ii) INSS Patronal (R\$ 8,1 milhões), que resulta da renegociação pelo prazo de 60 meses, restando o saldo de R\$ 11,5 milhões, do qual a quantia de R\$ 3,4 milhões está classificada no circulante;
- iii) ISS-SP sobre a receita (R\$ 68,5 milhões), que decorre de parcelamentos pelo prazo de 60 meses, cujo saldo a pagar é de R\$ 94,9 milhões, do qual a quantia de R\$ 26,4 milhões está classificada no circulante.

Em milhares de R\$		
DISCRIMINAÇÃO	2016	2015
PIS-PASEP/COFINS a Recolher	14.614,2	14.727,8
INSS Renegociado	8.155,6	9.623,8
ISS Renegociado	68.463,0	28.683,0
TOTAL	91.232,7	53.034,6

NOTA 23 - PROVISÕES TRABALHISTAS E CÍVEIS

A Administração entende que as provisões constituídas para fazer frente a processos trabalhistas e cíveis são suficientes para representar, fidedignamente, os riscos de eventuais decisões judiciais desfavoráveis (NBC TG 25(R1)). Em 2016, houve inclusão de novos processos e mudança de expectativa de realização, devido a alterações do status de alguns processos da condição de realização possível para provável.

O saldo líquido destas provisões ampliou-se para R\$ 305,5 milhões (R\$ 177,6 milhões em 2015), cujo impacto negativo líquido sobre o resultado alcançou R\$ 128 milhões. O total destas provisões perfaz R\$ 1,75 bilhão (R\$ 439,8 milhões em 2015), incluindo as apropriações dos processos do quadro de PSE no valor de R\$ 1,4 bilhão (R\$ 262,2 milhões em 2015) (nota 11).

Em milhares de R\$			
EXERCÍCIO	PROVISÃO PASSIVA	PROVISÃO ATIVA PSE	VALOR LÍQUIDO
2015	439.802,6	262.216,1	177.586,5
2016	1.754.564,2	1.449.021,1	305.543,1
Resultado	(1.314.761,6)	1.186.805,0	(127.956,6)

O processo n.º 0204700-25.1989.5.02.0039 refere-se à reclamação trabalhista na qual 564 empregados do SERPRO cedidos à RFB, pleitearam diferenças salariais em razão de desvio de função.

O valor constante deste processo foi atualizado para R\$ 1,4 bilhão (R\$ 201,1 milhões, em 2015), em virtude do agravamento do risco processual e da alteração dos parâmetros de cálculo, especialmente, no que refere ao limitador temporal do período a ser considerado na execução. Destaque-se que a expectativa de reembolso integral foi registrada no ativo não circulante, portanto, anulando o impacto sobre o resultado do exercício da provisão deste processo.

Cumpre esclarecer que parte significativa do impacto negativo sobre o resultado do exercício refere-se ao reconhecimento da reclamação trabalhista n.º 0132000-50.1989.5.01.0016, que foi movida por empregados do quadro interno, cujo objeto trata de recuperação decorrente de reintegração à empresa. A provisão associada a esse processo perfaz R\$ 117,1 milhões, o que foi feito com base em parâmetros estabelecidos em parecer do MPT, emitido por ocasião do julgamento dos agravos de petição das partes ainda em curso.

A apropriação dessas provisões trabalhistas cumpre a norma contábil (NBC TG 25 (R1)), o que não representa o reconhecimento da perda dos processos por parte da empresa.

23.1 - Processos classificados como possíveis de execução

Além dos valores constantes do passivo, a Empresa está envolvida em 131 processos judiciais, cuja classificação está avaliada como de execução possível ou remota, no valor de R\$ 6,3 milhões.

Em milhares de R\$						
PROVISÕES E CONTINGÊNCIAS PASSIVAS – 2016						
PROBABILIDADE DE PERDA	TOTAL		QUADRO INTERNO		QUADRO EXTERNO	
	QTD	VALOR	QTD	RS	QTD	VALOR
Possível – entre 15% a 50%	105	6.132,6	100	6.056,5	5	76,1
Remota – menor que 15%	26	266,5	25	260,6	1	5,9
Total	131	6.399,1	125	6.317,1	6	82,0

23.2 - Contingência Tributária

Existe uma litigância entre o SERPRO e a Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal (Processo nº 50174658710), envolvendo suposto débito tributário de ICMS no valor de R\$ 250.357.047,77, de acordo com a certidão 350-01.519.608/2015. O SERPRO ajuizou ação civil ordinária nº 2658/DF junto ao STF, que emitiu decisão favorável de tutela antecipada, concedendo a suspensão de exigibilidade do crédito tributário, objeto do Auto de Infração nº 10.275/2010.

O valor não foi reconhecido no passivo pelo fato deste processo não ser classificado como de provável execução.

NOTA 24 - RECEITA DIFERIDA

Trata-se de faturamento de 2014 no valor de R\$ 7,7 milhões, cuja realização da receita se dá de forma concomitante à da despesa de depreciação e amortização de investimentos em hardware e software, referentes à implantação de serviços. Desde janeiro de 2015, o hardware aplicado (R\$ 4,8 milhões) e o software (R\$ 2,9 milhões) estão sendo depreciado (48 meses) e amortizado (36 meses), respectivamente, restando um saldo de R\$ 2,4 milhões e R\$ 971 mil na mesma ordem.

NOTA 25 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

25.1 - Capital Social

Em 2016, não houve variação do saldo do capital social.

Em milhares de R\$		
EXERCÍCIO	DESCRIÇÃO	SALDO
2008	Capital social aprovado no estatuto social DEC nº 6.791/2009	613.618,8
2008	Incorporação de reserva para riscos eventuais de 2007	3.645,7
2009	Incorporação de reserva para riscos eventuais de 2008	90,4
2011	Integralização parcial, conforme aporte MP nº 248-A de 28/12/2010	184.000,0
2012	Integralização parcial, conforme aporte MP nº 248-A de 28/12/2010	66.000,0
2014	Integralização de capital, conforme aporte Lei nº 12.942/2013	193.650,0
2015	Capital Social	1.061.004,8

25.2 - Reserva de Reavaliação de Bens Imóveis

Foi constituída com base em laudo de reavaliação, efetuada em 2005. Desde dezembro de 2010, os imóveis não sofrem depreciação contábil (nota 3.3.6). O saldo de R\$ 138,2 milhões desta reserva será mantido até sua total realização (Lei nº 11.638/2007).

25.3 - Prejuízos acumulados

Considerando-se o prejuízo e os ajustes de exercícios anteriores, realizados em 2015, houve a completa reversão das reservas de lucros e constituição de prejuízos acumulados no valor de R\$ 245,1 milhões.

Em 2016, o saldo de prejuízos acumulados foi impactado pelo prejuízo do exercício e pelo reconhecimento de lucros acumulados de exercícios anteriores decorrentes de parecer atuarial (nota 27.2.1).

Em milhares de R\$	
DESCRIÇÃO	VALOR
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(245.138,6)
Resultado das atividades empresariais	(159.652,3)
Resultado atuarial do exercício (líquido de tributos)	(2.658,7)
Cálculo atuarial – Compensação de Lucros de Exercícios Anteriores (a)	148.240,3
Tributos sobre cálculo atuarial (a) x 34%	(50.401,7)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(309.611,0)

NOTA 26 - RESULTADO DO EXERCÍCIO

Em 2016, houve prejuízo decorrente das atividades empresariais de R\$ 159,7 milhões (R\$ 355,8 milhões em 2015). Após o reconhecimento de despesas decorrentes de estudo atuarial (R\$ 4,0 milhões), líquidas dos tributos diferidos (R\$ 1,4 milhão), o prejuízo líquido apurado foi de R\$ 162,3 milhões.

Em milhares de R\$		
DESCRIÇÃO	2016	2015
Receita operacional Líquida	2.138.332,7	1.887.706,6
Custo dos serviços prestados	(1.118.442,7)	(1.035.921,7)
Despesas operacionais e resultado financeiro	(1.238.941,0)	(1.319.406,0)
Créditos tributários diferidos	59.398,7	111.829,0
Resultado Líquido das atividades empresariais	(159.652,3)	(355.792,1)
Despesa atuarial do exercício – benefício pós-emprego	(4.028,3)	0,0
Tributos diferidos sobre receita atuarial	1.369,6	0,0
Resultado Líquido do Exercício	(162.311,0)	(355.792,1)

26.1 - Receita bruta e líquida

Em 2016, a receita bruta alcançou R\$ 2,6 bilhões, dos quais 84% referem-se a serviços de processamento de dados. Deduzindo-se tributos, descontos e vendas canceladas, a receita líquida é de R\$ 2,1 bilhões.

Em milhares de R\$		
DESCRIÇÃO	2016	2015
Receita bruta	2.605.219,3	2.318.250,1
(-)ISS	(127.355,4)	(108.867,8)
(-)PIS-PASEP	(38.833,5)	(33.265,8)
(-)COFINS	(178.893,9)	(153.245,8)
(-)INSS Patronal	(117.085,9)	(49.873,7)
(-)ICMS	(143,6)	(149,8)
(-) Descontos concedidos	(1.132,8)	(84.891,6)
(-) Vendas canceladas	(3.441,4)	(249,2)
Receita Operacional Líquida	2.138.332,7	1.887.706,6

26.2 - Composição dos gastos na DRE

São distribuídos entre custo do serviço prestado (CSP) e despesas operacionais.

Em milhares de R\$						
DESCRIÇÃO	2016			2015		
	CSP	DESP.	TOTAL	CSP	DESP.	TOTAL
Desp. Pessoal	(797.726,9)	(835.446,6)	(1.633.173,5)	(708.553,7)	(775.160,2)	(1.483.713,9)
Deprec./Amort.	(96.551,2)	(44.718,5)	(141.269,7)	(95.683,6)	(39.994,8)	(135.678,4)
Locação	(59.128,8)	(19.603,8)	(78.732,6)	(60.576,1)	(18.739,7)	(79.315,8)
Manutenção	(77.229,6)	(41.694,3)	(118.923,9)	(75.742,7)	(39.215,5)	(114.958,2)
Comunicação	(73.378,9)	(2.103,6)	(75.482,5)	(80.128,2)	(5.029,1)	(85.157,3)
Serv. Profissionais	(31.889,2)	(47.242,0)	(79.131,2)	(32.395,4)	(54.706,4)	(87.101,8)
Serviços Públicos	(14.159,9)	(14.840,6)	(29.000,5)	(13.418,6)	(14.283,5)	(27.702,1)
Créditos a Receber	0,0	(8.004,4)	(8.004,4)	0,0	(254.048,5)	(254.048,5)
Créditos Tributários	33.256,8	0,0	33.256,8	32.759,0	0,0	32.759,0
Desp. Tributárias	(63,1)	(4.279,0)	(4.342,1)	(0,8)	(4.033,0)	(4.033,8)
Materiais	(25,1)	(4.295,7)	(4.320,8)	(1,7)	(4.683,6)	(4.685,3)
Outras Desp/Rec	(1.546,6)	6.966,4	5.419,8	(2.179,7)	2.098,3	(81,4)
Judiciais	0,0	(186.436,2)	(186.436,2)	0,0	(83.226,6)	(83.226,6)
TOTAL	(1.118.442,7)	(1.201.698,5)	(2.320.141,2)	(1.035.921,5)	(1.291.022,6)	(2.326.944,1)

DEMAIS NOTAS EXPLICATIVAS
NOTA 27 - BENEFÍCIOS A EMPREGADOS**27.1 - Plano de Previdência Complementar**

O SERPRO oferece aos seus empregados a possibilidade de inscrição em um plano de previdência complementar. Os planos são geridos pelo SERPROS Fundo Multipatrocinado, constituído sob a forma de sociedade civil, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira e de personalidade jurídica de direito privado.

27.1.1 - Plano SERPRO I (PS-I)

O Plano PS-I, estruturado como Benefício Definido (BD), encontra-se saldado desde 31.03.2013. Em 2016, o PS-I contava com 2.520 participantes saldados ativos e 2.897 participantes assistidos. O plano disponibiliza os seguintes benefícios:

i) participantes: suplementação da aposentadoria por invalidez, velhice e tempo de serviço; de natureza especial; aos ex-combatentes; assim como suplementação do auxílio-doença, do abono anual e benefício proporcional diferido.

ii) beneficiários: suplementação da pensão e de auxílio-reclusão; pecúlio por morte e suplementação do abono anual.

O plano conta com patrimônio social de R\$ 2,1 bilhões e equilíbrio técnico deficitário acumulado de R\$ 90 milhões, conforme balancete da EFPC em 31.12.2016.

27.1.2 - Plano SERPRO II (PS-II)

Em 2016, o PS-II, estruturado na modalidade de contribuição variável, contava com 7.825 participantes ativos, definidos no regulamento como Contribuição Definida (CD) e 448 assistidos.

Os recursos acumulados pelos participantes poderão ser convertidos em um dos seguintes benefícios: renda mensal vitalícia; resgate do saldo total e resgate parcial com conversão em renda vitalícia do saldo remanescente. O participante define sua contribuição mensal, que determina a renda futura esperada e a patrocinadora contribui paritariamente dentro dos limites estabelecidos pelo regulamento do plano.

O objetivo deste plano é oferecer os seguintes benefícios:

i) participantes: renda de aposentadoria; benefício proporcional diferido; renda por invalidez; auxílio-doença e abono anual;

ii) beneficiários: pensão por morte; pecúlio por morte; auxílio-reclusão e abono anual;

iii) designados: pecúlio por morte.

O Plano PS-II conta com patrimônio social de R\$ 3,3 bilhões e equilíbrio técnico superavitário acumulado de R\$ 369 milhões, conforme balancete da EFPC em 31.12.2016.

27.1.3 - Obrigações constituídas

Os instrumentos contratuais associados a essas obrigações contam com saldo devedor de R\$ 9,64 milhões (R\$ 104,8 mil classificados no não circulante), composto dos seguintes termos de acordo:

i) dotação inicial, com saldo devedor no valor de R\$ 6,54 milhões;

ii) parcelamento de diferenças referentes à taxa de contribuição (LC 108/2001) com saldo de R\$ 2,99 milhões;

iii) parcelamento de aporte financeiro específico, viabilizando a migração dos participantes do PS-I para o PS-II, com saldo de R\$ 109,4 mil.

27.2 - Benefícios pós-emprego

Em 2016, o SERPRO contratou uma consultoria para a emissão de um parecer atuarial (Resolução CFC nº 1.425/13 e NBC TG 33 (R2)), cujas conclusões, consubstanciadas em informações atuariais, contábeis e financeiras da EFPC, constam dos subitens a seguir:

27.2.1 - Com relação ao PS-I

O passivo atuarial líquido (deficit) do plano de benefício definido foi remensurado no valor de R\$ 579,3 milhões, com contrapartida negativa de R\$ 723,5 milhões em Outros Resultados Abrangentes. A diferença gerou impacto positivo em resultados de exercícios anteriores (PL) de R\$ 148,2 milhões e negativo no resultado do exercício de R\$ 4,0 milhões (nota 27.2.1.1).

Em R\$	
PS-I - MOVIMENTAÇÃO DE ORA	SALDO EM 31/12/2016
Saldo bruto no início do exercício (a)	250.607.614
(Ganho)/Perda apurada ao final do exercício (b) = (c) + (d)	472.896.886
(Ganho)/Perda no valor das obrigações (c)	332.661.327
(Ganho)/Perda nos ativos financeiros (d)	140.235.558
Saldo bruto de ORA no final do exercício (e) = (a) + (b)	723.504.500
Tributos diferidos sobre ORA (f) = (e) x 34%	245.991.530
Saldo líquido de ORA no final do exercício (g) = (e) - (f)	477.512.970
Despesa/(receita) do exercício (h)	4.028.293
Compensação de lucros de exercícios anteriores (i) (nota 27.2.1.1)	(148.240.262)
Saldo do Passivo atuarial no final do exercício (j) = (g) + (h) + (i)	579.292.533

O reconhecimento refere-se, exclusivamente, ao estudo atuarial realizado pela patrocinadora. O valor não se confunde com o deficit apurado pela EFPC no Plano PS-I (nota 27.1.1). Neste caso, havendo resultado negativo na EFPC, a legislação determina o equacionamento, segundo regras próprias.

27.2.1.1 - Evento subsequente

Em versão conclusiva de parecer atuarial de 2016, datado de 21 de março de 2017, houve atualização do saldo bruto de ORA para R\$ 723,5 milhões, bem como do passivo atuarial líquido para R\$ 579,3 milhões. A diferença (R\$ 144,2 milhões) decorre do reconhecimento positivo de R\$ 148,2 milhões em resultado de exercícios anteriores e do registro de despesas de R\$ 4,0 milhões no resultado de 2016, conforme explicitado em item específico do referido parecer:

“Cabe ressaltar que até 31/12/2014 a avaliação atuarial dos benefícios pós-emprego, pelos critérios estabelecidos pelo CPC 33, indicava um excesso de cobertura de R\$ 123.081 mil, fruto do custeio contributivo e resultados acumulados por longo tempo. O registro contábil desse excesso não é permitido às empresas, enquanto entendido como contingencial. Todavia, para o ajuste adequado à avaliação atuarial, sob o novo cenário de insuficiência do programa pós-emprego, torna-se necessário o aproveitamento e

registro do excesso acumulado anteriormente. Assim, o SERPRO, para ajustar seus registros contábeis ao presente laudo atuarial, deve proceder a reversão dos resultados de exercícios anteriores no valor de R\$ 148.240 mil e o registro do resultado do ano, referente ao custo corrente do programa, no valor de R\$ 4.028 mil.” (grifo nosso)

Esses fatos se referem a eventos subsequentes ao período contábil que originam ajustes nas demonstrações, pois foram conhecidos após o encerramento do exercício e antes da autorização para emissão das demonstrações, refletindo condição existente no período contábil (NBC TG 24 e NBC TG 33 (R2)).

Conforme o mesmo parecer atuarial, projeta-se o reconhecimento de R\$ 86,0 milhões de despesa para o exercício 2017, a ser apropriado mensalmente.

Destaque-se que não é possível identificar especificamente a qual exercício se refere o valor apontado como excesso de cobertura, pois diz respeito à posição acumulada ao longo da vigência do plano, inviabilizando a reapresentação retrospectiva do ajuste efetuado.

Quanto aos reflexos da compensação dos lucros de exercícios anteriores nas demonstrações contábeis do Serpro, trata-se de reversão efetivamente realizada no exercício de 2016, tendo em vista a data do conhecimento do fato. Por fim, a alteração dos saldos iniciais não representam informação material para a empresa, tendo em vista que não influencia suas decisões, além de não prejudicar a comparabilidade das informações.

27.2.3 - Com relação ao PS-II

Em 2016, foi constatado no parecer atuarial um superavit de R\$ 461 milhões no Plano PS-II (BD) (R\$ 475 milhões em 2015). Considerando a regra do teto de ativo (asset ceiling), esse superavit não deve ser reconhecido no balanço da patrocinadora.

A legislação determina que o superavit apurado em um plano BD deve ser ajustado para refletir os efeitos de suas limitações de valor líquido para reconhecimento nas demonstrações financeiras. Assim, entende-se que o benefício econômico apurado somente poderá ser revertido à patrocinadora após cumpridas todas as exigências legais da previdência complementar e posteriormente à aprovação de todos os órgãos competentes aos quais a EFPC e a patrocinadora estão subordinadas.

27.2.3 - Premissas técnicas

As hipóteses atuariais e financeiras aplicadas na reavaliação atuarial foram objeto de estudos preliminares e de verificação de consistência pelo SERPROS e pela consultoria atuarial.

PREMISSAS BIOMÉTRICAS E FINANCEIRAS	PLANO PS - I	PLANO PS - II
Duration calculada	9,48 anos	69,00 anos
Taxa de desconto	6,10% ao ano	6,04% ao ano
Rotatividade	Nula (participantes c/ direito adquirido)	2,5%, de 0-47 anos; 0,5%, a partir de 48 anos, por sexo.
Projeção de Crescimento Real de Salário	N/A ⁽¹⁾	3,2% ao ano
Tábua de mortalidade	AT-2000, segregada por sexo	AT-2000, segregada por sexo, suavizada em 10%
Tábua de entrada em invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-49, por sexo	AT-49, por sexo
Fator de capacidade para benefícios e salários	97,04%	97,04%
Composição familiar	Família real	Família real
Inflação adotada em 2016	10,89% ao ano	10,89% ao ano
Inflação projetada em 2017 Boletim Focus (BACEN)	5,12% ao ano	5,12% ao ano
Rentabilidade esperada para os ativos financeiros	13,47% ao ano	13,47% ao ano

27.3 - Auxílio-alimentação

É concedido mensalmente aos empregados e dirigentes. No ACT 2016/2017, foi fixado em R\$ 874,04 (R\$ 799,82 no período 2015/2016).

27.4 - Programa de Assistência à Saúde: PAS/SERPRO

O Plano de Assistência à Saúde do SERPRO é um plano de saúde instituído na modalidade de autogestão, oferecido exclusivamente aos colaboradores e ex empregados do SERPRO, além de dependentes e agregados por eles designados. Os beneficiários deste plano são divididos em dois grupos, a saber:

Grupo I – empregados ativos: empregados em efetivo exercício na empresa, desde que tenham requerido sua adesão ao PAS/SERPRO, bem como seus dependentes. O custeio do Grupo I é de responsabilidade tanto do SERPRO (cujas contribuições são estabelecidas de acordo com a referência salarial do empregado) quanto dos próprios empregados, que contribuem com um valor fixo mensal (diferenciado por faixa etária) mais 20% por utilização em consultas médicas, a título de coparticipação.

Grupo II – empregados inativos/agregados: os empregados ativos são transferidos do Grupo I ao Grupo II, quando do desligamento sem justa causa ou suspensão do contrato de trabalho em razão de licença sem remuneração. Os agregados também são incluídos no plano de acordo com as limitações previstas em regulamento.

Diferentemente do Grupo I, o custeio do Grupo II não conta com a participação do SERPRO, mas tão somente dos próprios beneficiários do grupo e pelo empregado responsável pelo agregado vinculado. Os valores, assim como o grupo anterior, são fixos e diferenciados por faixa etária mais 20% por utilização em consultas médicas, a título de coparticipação.

A exemplo do benefício de previdência complementar, o PAS/SERPRO oferecido como incentivo aos empregados desligados no APA, também é classificado como benefício pós-emprego (NBC TG 33 (R2)). Assim sendo, a mencionada consultoria identificou a necessidade de avaliação deste programa, a fim de estimar atuarialmente o valor presente de suas obrigações.

Desde novembro de 2016, por meio de consultoria externa contratada, o SERPRO tem executado estudos atuariais com vistas a aprimorar a gestão do plano de saúde. No caso dos benefícios pós-emprego, relacionados ao PAS/SERPRO para os empregados desligados no APA, a avaliação e o reconhecimento dos impactos ocorrerão nos exercícios futuros.

27.5 - Plano Odontológico

O PAS-ODONTO/SERPRO é oferecido aos empregados e familiares, garantindo o atendimento aos empregados ativos e a seus dependentes cadastrados.

O programa é custeado, de um lado, pelo SERPRO com valor fixo por beneficiário e, de outro, pelo empregado com valor fixo mensal.



NOTA 28 - SEGUROS

A empresa contrata seguros para cobertura de riscos operacionais, responsabilidade civil, vida em grupo e veículos, conforme a natureza da atividade e características dos riscos envolvidos, cujos valores segurados são considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros.

Em R\$		
ATIVO	TIPO DE COBERTURA	IMPORTÂNCIA SEGURADA
Bens Patrimoniais Móveis, Imóveis e bens do segurado em locais de terceiros	Incêndio, Danos Elétricos, Vendaval, Desmoronamento, Vazamento de Sprinklers, Quebra de Vidros, Alagamento e Inundação, Quebra de máquinas e Responsabilidade Civil.	R\$ 925.857.507,85
Vida em grupo	Morte Qualquer Causa Indenização especial de morte por acidente (IEA) Invalidez permanente total ou parcial por acidente (IPA) 100%	R\$ 16.000,00 por vida
Veículos	Responsabilidade Civil e Facultativa	100% Tabela FIPE

NOTA 29 - PARTES RELACIONADAS

29.1 - Remuneração de Empregados e Dirigentes

A política salarial do SERPRO contempla remunerações para o quadro de empregados sem função de chefia, variando entre R\$ 1.484,41 e R\$ 34.109,93, considerando-se o adicional de transferência. A média salarial para esses cargos é de R\$ 8.247,93.

Para os cargos com função de chefia, o intervalo de variação está compreendido entre R\$ 4.477,77 e R\$ 40.230,89, com média de R\$ 15.898,73. Nos casos de cargos diretivos, a remuneração maior foi de R\$ 37.683,86, sendo a menor de R\$ 33.161,80 e a média de R\$ 33.915,48 (Resolução CGPAR nº 3).

O SERPRO não possui remuneração variável baseada em ações (RVA), assim como outros benefícios de longo prazo e pós-emprego a seus dirigentes, que não sejam empregados.

NOTA 30 - CONTINGÊNCIA ATIVA

Os processos que representam contingência ativa, portanto, não reconhecidos contabilmente (NBC TG 25(R1)), são controlados escrituralmente em contas de controle, assim detalhados:

i) tomada de contas especial no 19863.000075/2001-58 de R\$ 5.826.495,28, que trata de desvio de valores públicos;

ii) tomada de contas especial no 19863.000074/2001-11 de R\$ 426.236,27, que trata de pagamento indevido, realizado no âmbito do programa de desligamento voluntário.

NOTA 31 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA – DFC

A empresa apresenta a DFC pelo método direto (NBC TG 03(R3)).

NOTA 32 - SÍNTESE DAS PRINCIPAIS VARIAÇÕES

32.1 - Balanço Patrimonial

32.1.1 - Ativo Circulante

As principais variações são as seguintes:

i) aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa (R\$ 196,8 milhões), refletindo o maior recebimento de vendas, ocorrido em dezembro;

ii) redução dos créditos a receber de clientes (R\$ 261,8 milhões) como contrapartida dos mencionados recebimentos;

Houve ainda variação positiva dos créditos tributários (R\$ 31,9 milhões) e dos ressarcimentos de pessoal – PSE (R\$ 42,9 milhões).

Em milhares de R\$				
DESCRIÇÃO	2016	2015	VARIAÇÃO	%
Caixa e equivalentes	252.297,8	55.537,9	196.759,9	354
Créditos a Receber de Clientes	134.725,3	396.493,0	(261.767,7)	(66)
Créditos Tributários	164.015,5	132.125,6	31.889,9	24
Ressarcimento de Pessoal	64.406,8	21.548,3	42.858,5	199

32.1.2 - Ativo Não Circulante

As principais variações são as seguintes:

i) aumento de ressarcimento de pessoal (R\$ 1,2 bilhão), o que se deve ao reconhecimento da expectativa de reembolso das provisões trabalhistas e cíveis (nota 11);

ii) aumento de créditos tributários (R\$ 179,7 milhões), referente ao IRPJ e CSLL diferidos das diferenças intertemporais constituídas no período (nota 12).

Em milhares de R\$				
DESCRIÇÃO	2016	2015	VARIAÇÃO (16-15)	%
Ressarcimento de Pessoal	1.636.108,0	470.683,2	1.165.424,9	247,6
Créditos Tributários	457.701,5	277.995,9	179.705,6	64,6

32.1.3 - Passivo Não Circulante

As principais variações são as seguintes:

i) aumento das provisões trabalhistas e cíveis (R\$ 1,3 bilhão), face à revisão dos processos judiciais (nota 23);

ii) aumento das obrigações com a EFPC (R\$ 339,7 milhões), devido ao reconhecimento dos benefícios pós-emprego, conforme cálculos constantes de Parecer Atuarial elaborado por consultoria especializada (nota 27.2.1);

iii) aumento das obrigações tributárias (R\$ 38,3 milhões) associadas a parcelamentos administrativos de ISS junto ao fisco do município de São Paulo (nota 19).

Em milhares de R\$				
DESCRIÇÃO	2016	2015	VARIAÇÃO	%
Obrigações Tributárias	91.232,7	53.034,6	38.198,1	75,3
Provisões Trabalhistas e Cíveis	1.754.564,2	439.802,6	1.314.761,6	298,9
Plano de Previdência Complementar	579.397,3	239.704,7	339.692,6	141,7

32.1.4 - Patrimônio Líquido

As principais variações são as seguintes:

i) aumento de Outros Resultados Abrangentes (R\$ 329,2 milhões) devido ao reconhecimento dos benefícios pós-emprego, conforme cálculos constantes de Parecer Atuarial, de modo a atualizar o saldo bruto de ORA para R\$ 723,5 milhões (R\$ 477,5 líquido de tributos diferidos) (nota 27.2.1);

ii) aumento de prejuízos acumulados, refletindo de um lado o prejuízo líquido do exercício (R\$ 162,3 milhões) e, de outro, a compensação de R\$ 97,8 milhões de lucros acumulados de exercícios anteriores, decorrente de estudo atuarial (nota 27.2.1).

Em milhares de R\$				
DESCRIÇÃO	2016	2015	VARIAÇÃO	%
Outros Resultados Abrangentes	(479.133,2)	(149.896,7)	329.236,5	219,6
Lucros/Prejuízos Acumulados	(309.611,0)	(245.138,6)	64.472,4	26,3

32.2 - Demonstração do Resultado do Exercício

32.2.1 - Receita Bruta

A expansão anual foi de 12,37%, sobretudo observada nos serviços de processamento de dados (R\$ 253,7 milhões).

Em milhares de R\$				
DESCRIÇÃO	2016	2015	VARIAÇÃO	%
Receita Bruta	2.605.219,27	2.318.250,13	286.969,14	12,4
Processamento de Dados	2.193.841,46	1.940.125,94	253.715,52	13,0
Suporte e Assistência Técnica	164.751,69	139.887,76	24.863,93	17,7
Desenvolvimento de Software	214.179,99	204.012,87	10.167,12	4,98
Demais Serviços	32.446,13	34.223,56	(1.777,43)	(5,19)

32.2.2 - Dedução das Receitas

As principais variações são as seguintes:

i) aumento do INSS Patronal (R\$ 67,2 milhões), associado à majoração da alíquota de 2,0% para 4,5%;

ii) redução dos descontos a clientes (R\$ 83,7 milhões), que foram concedidos em caráter excepcional no ano anterior.

32.2.3 - Despesas com Pessoal e Benefícios

As rubricas de remuneração, encargos sociais e benefícios sofreram majoração de 9,28%, face ao ACT 2016/2017. A variação de R\$ 149,5 milhões incorpora os incentivos para fazer frente ao APA (R\$ 47,6 milhões). Deduzindo-se tais incentivos, o percentual de acréscimo das despesas de pessoal reduz-se de 10,1% para 6,9%, inferior, portanto, ao reajuste do ACT.

Em milhares de R\$				
DESCRIÇÃO	2016	2015	VARIAÇÃO	%
Despesas com Pessoal e Benefícios	(1.633.173,6)	(1.483.713,8)	(149.459,8)	10
Remuneração	(1.203.154,0)	(1.073.426,7)	(129.727,3)	12
Encargos Sociais	(169.203,0)	(159.942,3)	(9.260,7)	5,8
Benefícios	(170.459,7)	(162.758,6)	(7.701,1)	4,7
Plano de Previdência Complementar	(90.356,8)	(87.586,3)	(2.770,5)	3,1

32.2.4 - Despesas Operacionais

Houve redução de diversas despesas operacionais, sobretudo nos contratos de locação de software (0,8%), comunicação (11,4%) e serviços profissionais contratados (9,2%) e materiais (8,5%), que juntos somam R\$ 18,7 milhões.

32.2.5 - Resultados com Créditos a Receber

A redução de despesa anual desta conta foi de R\$ 246,0, associado ao provisionamento, em 2015, dos créditos em avaliação de direito que se encontram para solução de controvérsia na AGU.

32.2.6 - Resultados com Ações Judiciais

O aumento na despesa anual de R\$ 103,2 milhões reflete o provisionamento de processos judiciais (nota 23).

32.2.7 - Resultado financeiro

Alcançou o resultado negativo de R\$ 37,2 milhões (R\$ 28,3 milhões, em 2015), que resultou da diferença entre as receitas financeiras (R\$ 12,8 milhões) e as despesas financeiras (R\$ 50,1 milhões).

Do lado das receitas, destacam-se os juros sobre créditos tributários (R\$ 5,2 milhões) utilizados na compensação de tributos federais no exercício, recebimento de juros sobre faturas pagas em atraso por clientes (R\$ 2,9 milhões) e descontos obtidos em acordo de dívidas com fornecedores (R\$ 4,7 milhões).

Dentre as despesas financeiras, destacam-se os juros e multas incidentes sobre tributos em atraso (R\$ 39,6 milhões), principalmente INSS patronal e ISS/SP, além dos encargos de inadimplimento junto ao SERPROS no valor de R\$ 9,2 milhões.

Em milhares de R\$			
DESCRIÇÃO	2016	2015	
Tributos/Encargos		39.557,9	11.377,4
Energia		40,6	92,9
FGTS		379,3	2.069,5
Circuitos		112,8	284,3
Diversos		612,7	147,2
Dividendos		0,0	3.691,6
Saúde/Cassi		190,6	764,5
SERPROS		9.178,1	17.675,8
TOTAL	50.072,1		36.103,2

Brasília, 24 de março de 2017.

Maria da Glória Guimarães dos Santos

Diretora-Presidente

André de Cesero

Diretor

Iran Martins Porto Junior

Diretor

Antônio Luiz Fuschino

Diretor

Izabel Cristina da Costa Freitas

Diretor

Antônio de Pádua Ferreira Passos

Diretor

Ana Maria Mallmann Costi

Contadora CRC – DF 8.894/0-6

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações sobre as Demonstrações Contábeis

Conselheiros e Administradores do SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS – SERPRO

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do SERPRO em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação ao SERPRO, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção ao divulgado na nota explicativa 11 iii), quanto a expectativa de recebimento das provisões trabalhistas relativas a PSE (R\$ 1,4 bilhão). Embora a União, por orientação da AGU, não possa reconhecer contabilmente a responsabilidade sobre essas provisões antes do trânsito em julgado dos processos, a expectativa de recebimento figura no balanço do Serpro. Nossa opinião não contém modificação em função desse assunto.

O SERPRO divulga também nas notas explicativas 25.3 e 27.2.1 o reconhecimento em prejuízos acumulados, de R\$ 148,2 milhões decorrente de avaliação atuarial, que apontou o superávit acumulado de exercícios anteriores, reduzindo o saldo de prejuízos acumulados. Nossa opinião não contém modificação em função desse assunto.

Em nota explicativa, 27.4, o SERPRO divulga que está realizando estudos atuariais, por meio de consultoria externa, com vistas a aprimorar a gestão do plano de saúde. No caso dos benefícios pós-emprego, relacionados ao PAS/SERPRO para os empregados desligados no APA, a avaliação e o reconhecimento dos impactos ocorrerão nos exercícios futuros. Nossa opinião não contém modificação em função desse assunto.

Outros Assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis do SERPRO. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração do SERPRO é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do SERPRO são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como, obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do SERPRO.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do SERPRO. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o SERPRO a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 23 de março de 2017.

MACIEL AUDITORES S/S EPP-CRC RS - 005460/O - S - SP

ROGER MACIEL DE OLIVEIRA-Contador CRC RS - 71.505/O-3- “S” - SP- Responsável Técnico

ROSANGELA PEREIRA PEIXOTO-Contadora CRC RS – 65.932/O-7 - “S” - SP - Responsável Técnica

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal do Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO, nos termos das disposições legais e estatutárias, conferidas pelos incisos II, III e VII do Artigo nº 163, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e incisos I, II e III do Artigo nº 15, do Decreto nº 6.791, de 10 de março de 2009, procedeu ao exame do relatório anual da administração e das demonstrações contábeis, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, e considerando:

- que o relatório da administração foi elaborado com a participação das áreas que compõem a Diretoria Executiva, com o objetivo de fundamentar e divulgar as principais realizações, além dos resultados operacionais e financeiros;

- o Parecer da Auditoria Interna, sem ressalvas, datado de 23 de março de 2017, atestando que as demonstrações contábeis refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da empresa em 31 de dezembro de 2016, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil;

- o Parecer dos Auditores Independentes, sem ressalvas, datado de 23 de março de 2017, certificando que as demonstrações contábeis apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do SERPRO em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil;

- o Parecer do Conselho Diretor, de 23 de março de 2017,

entende que o relatório da administração e as referidas demonstrações, com os parágrafos de ênfase da Auditoria Interna e dos Auditores Independentes, encontram-se em condições de serem submetidas à apreciação da Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em 26 de abril de 2017.

Brasília, 23 de março de 2017.

CARLOS HIGINO RIBEIRO DE ALENCAR - Presidente

CLÍCIO LUIZ DA COSTA VIEIRA - Conselheiro

SARAH TARSILA ARAÚJO DA SILVA - Conselheira Suplente

Parecer do Conselho Diretor

O Conselho Diretor do Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI do artigo 7º do Estatuto, aprovado pelo Decreto nº 6.791, de 10 de março de 2009, e considerando:

- o Parecer da Auditoria Interna, sem ressalvas, datado de 23 de março de 2017, atestando que as demonstrações contábeis refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da empresa em 31 de dezembro de 2016, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil;

- o parecer da Auditoria Independente Maciel Auditores e Consultores, sem ressalvas, datado de 23 de março de 2017, certificando que as demonstrações contábeis apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do SERPRO em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil;

- os debates havidos na reunião do dia 23 de março de 2017, com participação do Conselho Fiscal, registrados em ata,

manifesta-se favoravelmente às Demonstrações Contábeis da Empresa, pertinentes ao Exercício Social iniciado em 1º de janeiro e encerrado em 31 de dezembro de 2016 e ao Relatório de Administração de 2016, autorizando o envio desses documentos para aprovação da Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em 26 de abril de 2017.

Brasília, 23 de março de 2016.

NERYLSON LIMA DA SILVA - Presidente

NINAMARIAARCELA - Conselheira

IEÐAAPARECIDA DE MOURA CAGNI - Conselheira

IGOR MONTEZUMA SALES FARIAS - Conselheiro

MARIA DA GLÓRIA GUIMARÃES DOS SANTOS - Conselheira

MARCELO DANIEL PAGOTTI - Conselheiro